

Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro Centro de Ciências Sociais  
Programa de Estudos de América Latina e  
Caribe

**Bolsista:** Giovana da Silva Gouvêa

**Linha de Pesquisa:** Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

**Período de Coleta:** 01 de março de 2024 até 31 de março de 2024

Data da notícia: **01/03/2024**

**Título: Bolsonarismo busca sobrevida política ao reforçar o populismo religioso**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/01/bolsonarismo-busca-sobrevida-politica-a-o-reforcar-o-populismo-religioso>

A manifestação em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no último domingo(25), em São Paulo, reforçou a tática política adotada pela extrema direita no Brasil do chamado populismo religioso e demonstrou que o bolsonarismo busca sobrevida eleitoral alimentando a base cristã. O ato serviu para manter os apoiadores ligados ao conservadorismo nacional coesos e apontar o tom da disputa política nas eleições municipais.

A manifestação, convocada logo após o cerco da Polícia Federal ao ex-presidente, contou com a presença de quatro governadores, deputados e prefeitos, além dos pastores Magno Malta (que também é senador pelo Espírito Santo) e Silas Malafaia, este último apontado como um dos financiadores.

Acuado pelas investigações da PF e pela inelegibilidade imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro saiu em sua própria defesa, tentou suavizar o seu comportamento anterior e sugeriu passar uma borracha no passado.

No lugar dos ataques aos ministros do Supremo Tribunal Federal e as demais instituições da república, um apelo à anistia aos envolvidos no oitão de janeiro e a defesa do Estado Democrático de Direito.

O ato na Avenida Paulista acabou tomado pela estética religiosa, com repetidas citações bíblicas, louvor cristão como trilha sonora e discurso de dois pastores evangélicos.

"Não está ali colocada uma crítica à economia lá do Haddad, não tem questões de educação, saúde, tudo. Todo discurso ali está de alguma maneira vinculado à narrativa fundamentalista", explicou Delana Corazza, pesquisadora do Instituto Tricontinental que estuda os evangélicos e trabalho de base.

Coube ao governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), recuperar supostos feitos do governo Bolsonaro e aproximar, minimamente, o evento de algo mais materialista e laico.

"O que nós percebemos do populismo religioso é o acionamento de símbolos, de formas, de performances, especialmente de ruas, de manifestações das lideranças nas mídias e em espaços públicos, e que atendam, não exclusivamente, ao público religioso, mas que atendam ao público maior com características de uma religiosidade que beira o fanatismo", descreve a pesquisadora Magali Cunha.

Ao colocar Deus no centro do discurso, Bolsonaro revela que o eixo fundamentalista ainda é sua principal base eleitoral, o ponto de fôlego da sua narrativa e que expoentes desse fundamentalismo, como o pastor Silas Malafaia, permanecem como financiadores e artífices da extrema direita no país.

### **A fé no centro da narrativa**

Já passava das 15h do último domingo (25) quando Michelle Bolsonaro começou a discursar no ato em defesa do marido, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Para um público vestido com a camisa da seleção brasileira, ela fez um discurso repleto de símbolos religiosos. Emocionada, gritou "glória a Deus" diversas vezes, mencionou que Bolsonaro havia sido escolhido para governar o país e conclamou os religiosos a se envolverem com a política.

Michelle Bolsonaro trazia estampado no peito um pedido muito comum entre religiosos: "Ore pelo Brasil". A ex-primeira-dama, segundo pesquisadores ouvidos pelo Brasil de Fato, é a personagem que representa com mais autenticidade a estética evangélica. Ela vive, de fato, a experiência religiosa que manifesta ao grande público e utiliza uma linguagem

facilmente absorvida pela maioria da população periférica e evangélica, em especial as mulheres.

"Sim, por um bom tempo nós fomos negligentes a ponto de falarmos que não poderíamos misturar política com religião e o mal ocupou o espaço", afirmou a ex-primeira-dama.

"O peso da fala dela é que essa disputa é central hoje com a população. É muito bem utilizada pela Michelle. Ela tem o estereótipo, ela tem a estética crente, né? Ela se movimenta, ela gesticula, ela está a todo momento olhando pro céu, se emociona. É um culto pentecostal", explicou Delana Corazza.

"Ela está falando de um período contemporâneo, um período presente, em que, nessa consideração, e que é compartilhada por algumas figuras do universo evangélico, é preciso uma presença mais forte, uma interferência maior, para que o Brasil seja definitivamente um Brasil que se renda ao governo de Deus", aponta Magali Cunha.

### **Israel e o sionismo cristão**

A defesa do Estado de Israel foi um dos principais temas da manifestação e demonstra que o populismo religioso no Brasil tem uma articulação internacional. Bolsonaro e seus apoiadores tremulavam, ao longo do ato, a bandeira israelense, o que denota a aliança do bolsonarismo com o chamado sionismo cristão, grupo de cristãos evangélicos que apoia o fortalecimento do Estado de Israel.

Na semana anterior ao ato, repercutiu a declaração do presidente Lula da Silva condenando o massacre de Israel contra o povo palestino e pedindo o imediato cessar-fogo na Faixa de Gaza. O posicionamento crítico do petista instantaneamente reforçou a postura pró-Israel do bolsonarismo e da extrema direita no Brasil, que historicamente tem uma conexão com o sionismo.

"O sionismo cristão acredita que é na constituição, fortalecimento e sedimentação do Estado judeu, do Estado de Israel que estaria se cumprindo a promessa de Deus. Seria uma das fases importantes para a volta do reinado de Deus no mundo. É por isso que, embora pareça estranho, aquela frase daquela senhora, que falou que Israel também é cristão, é porque o sionismo cristão opera nessa linguagem, de que os dois, embora mantenham uma certa diferença, estão de mãos dadas diante do Projeto Divino", explicou Caio César Marçal, cientista social e teólogo.

"Acho que é fundamental que a gente compreenda que o uso dessa linguagem é mais um signo importante e que unifica o conservadorismo religioso. A gente sabe que o sionismo

também tem todo um viés racial, racializado, que trata o diferente como o seu inimigo. Essa linguagem é de um discurso conservador que mantém as estruturas contra as minorias, e aqui a minoria são todos aqueles que são contra a igreja e contra Israel - nesse caso atual, os palestinos", completa.

### **Alerta para a esquerda**

O ato não contou com maioria evangélica entre os manifestantes. Segundo estudo da Universidade de São Paulo, apenas 29% das pessoas presentes se declaravam evangélicas. A maioria, formada por homens brancos e "muito conservadores", ainda se denominava católica.

Os pesquisadores atentam para um ajuste no discurso bolsonarista, quando seus principais atores preferem declarar-se cristãos e não exatamente evangélicos.

Além disso, há o entendimento de que a manifestação do último domingo, em São Paulo, não é um movimento desprezível e demonstra que a extrema direita tem um projeto de poder, consegue articular ações de massa no país e impõe um desafio para as organizações progressistas e de esquerda: refinar o diálogo com a população evangélica.

"A extrema direita aprendeu a mobilizar essa linguagem, ela entendeu que essa linguagem é importante e basicamente também entendeu as mudanças sociais que acontecem no Brasil. Qual é a grande mudança social no Brasil dos últimos 40 anos? O crescimento exponencial dos evangélicos", descreve o cientista social Caio César Marçal, sobre o uso político que o bolsonarismo faz do populismo religioso.

"A coesão da extrema direita está vinculada ao discurso religioso, ao debate religioso. Talvez esse ato possa nos ensinar que a gente tem muito trabalho, que o bolsonarismo está forte, que o bolsonarismo é mediado por esse discurso, que é uma linguagem que a gente tem que se apropriar. A gente tem que deixar de ridicularizar e se apropriar", conclui Delana Corazza

Data da notícia: **02/03/2024**

## **Título: STF condena mais 15 pelo 8 de janeiro; até o momento, já são 116 condenados**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/02/stf-condena-mais-15-pelo-8-de-janeiro-a-te-o-momento-ja-sao-116-condenados>

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, nesta sexta-feira (1º), mais 15 réus pelos atos golpistas que culminaram na invasão e depredação dos prédios dos três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro do ano passado. Assim, até o momento, já são 116 condenados.

A maioria dos 15 réus foi condenada por abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado, golpe de Estado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa. As penas vão de três a 17 anos de reclusão.

O ministro Alexandre de Moraes, relator das ações, foi seguido pelos ministros Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Flávio Dino, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Cristiano Zanin e Edson Fachin também acompanharam o voto do relator, mas defenderam penas menores. Luís Roberto Barroso também seguiu o relator, mas divergiu sobre a quantidade dos crimes praticados. André Mendonça e Nunes Marques votaram pela absolvição ou penas menores.

Em um dos votos sobre um dos 15 réus, Moraes afirmou que a ação criminosa "visava impedir de forma contínua o exercício dos Poderes Constitucionais e ocasionar a deposição do governo legitimamente constituído, com participação do Exército Brasileiro a sair às ruas para estabelecer e consolidar o regime de exceção pretendido pelos acampados, tendo como pano de fundo uma suposta fraude eleitoral e o exercício arbitrário dos Poderes Constituídos".

"Justamente por isso houve a aglomeração de pessoas em acampamentos, não somente em Brasília, mas em todo o país, com intuito de provocar amotinamento daqueles submetidos ao regime castrense", disse o ministro. "A materialidade e autoria do delito estão comprovadas nos autos."

"O insuflamento, durante meses, à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado, de forma constante e reiterada, com a incitação pública, pelos criminosos associados, à prática de crimes, culminou com a prática dos crimes multitudinários do dia 08/01/2023", escreveu o ministro em um dos 15 votos.

Data da notícia: **04/03/2024**

**Título: Uber pede ao STF suspensão de processos sobre vínculo trabalhista**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/justica/uber-pede-ao-stf-suspensao-de-processos-sobre-vinculo-trabalhista/>

A plataforma Uber pediu nesta segunda-feira 4 ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão nacional de todos os processos que tratam sobre o reconhecimento de vínculo de emprego entre motoristas e a plataforma.

Na petição encaminhada ao Supremo, o escritório de advocacia que representa a empresa sustenta que a medida é necessária para aguardar o posicionamento final da Corte sobre o tema.

Na semana passada, o STF reconheceu a chamada repercussão geral, mecanismo que vai obrigar todo o Judiciário a seguir o futuro entendimento dos ministros após o julgamento definitivo da questão. Cerca de 17 mil processos sobre a questão tramitam em todo o país.

“Trata-se, portanto, de regra processual que visa resguardar a prolação de decisões conflitantes com o entendimento que será fixado pela egrégia Suprema Corte. É um consectário lógico e natural do princípio da isonomia para assegurar que todos os processos afins, em trâmite no Poder Judiciário, recebam o mesmo tratamento”, afirmaram os advogados.

Com o reconhecimento da repercussão, o Supremo vai marcar o julgamento para decidir definitivamente sobre a validade do vínculo de emprego dos motoristas com os aplicativos.

Atualmente, grande parte das decisões da Justiça do Trabalho reconhece vínculo empregatício dos motoristas com as plataformas, mas o próprio Supremo possui decisões contrárias.

Em dezembro do ano passado, a Primeira Turma da Corte entendeu que não há vínculo com as plataformas. O mesmo entendimento já foi tomado pelo plenário em decisões válidas para casos concretos.

## **PL dos aplicativos**

Mais cedo, o presidente Lula (PT) assinou o projeto que regulamenta o trabalho de motorista de aplicativo. O texto será enviado para o Congresso. Se aprovado, começará a valer em 90 dias.

Data da notícia: **05/03/2024**

**Título: 'Estamos num momento de crise climática', diz membro do Greenpeace sobre Roraima em chamas e Acre debaixo d'água**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/05/estamos-num-momento-de-crise-climatic-a-diz-membro-do-greenpeace-sobre-roraima-em-chamas-e-acre-debaixo-d-agua>

Até 28 de fevereiro, Roraima concentrava quase 30% de todos os focos de calor do país neste ano. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e mostram que o cenário de incêndios é o maior já registrado no estado em 25 anos. Foram 2,6 mil pontos de fogo no período, e casas, animais e plantações já sofrem com as consequências.

O problema é causado principalmente pela estiagem, com baixo volume de chuva, e agravado pelo fenômeno El Niño. Mas a situação é mais complexa, segundo Rômulo Batista, da Frente de Desmatamento do Greenpeace Brasil.

"As queimadas e os incêndios florestais são um problema bastante complexo. E como todo problema complexo, é difícil a gente apontar uma causa única pra isso. É óbvio que a gente vem de um ano com o El Niño muito forte e que também foi o ano mais quente já registrado da história. Tudo isso contribui para que a vegetação esteja mais seca, as áreas de pastagem também estejam mais secas. Tudo isso é aliado também, por exemplo, à diminuição da fiscalização e controle, já que os agentes do Ibama não estão indo a campo fazer fiscalização e controle. Continuam o trabalho de combate a focos de calor e incêndio", conta Rômulo.

"E a gente tem que lembrar: o fogo na Amazônia, em sua grande maioria, se não quase todos, tem origem antrópica. Ou seja: precisa de alguém pra riscar o fósforo. Esse fogo é utilizado pra limpar as pastagens, mas também para áreas que foram desmatadas, queimar essa vegetação que foi derrubada, e também queimar a floresta pra facilitar futuro desmatamento", denuncia o integrante do Greenpeace.

### **Crise**

A maioria dos municípios de Roraima está em situação de emergência, reconhecida pelo governo federal. Enquanto este estado sofre com o fogo, o Acre sente os efeitos da força da água, com as cheias provocadas pelas chuvas. 19 dos 22 municípios acreanos também estão em emergência e o nível do Rio Acre na capital Rio Branco não para de subir. Segundo a Defesa Civil, o nível já chegou à marca de 17,84 metros acima da cota de transbordo.

"A gente já pode falar que não estamos num momento de mudança climática, mas, sim, de crise climática. A gente vem de um histórico de 13 meses aí, praticamente, os meses mais quentes que a gente já teve registrado. A gente vê, não só no Brasil, mas em todos os países também, o efeito dessa crise climática, que é justamente esse descompasso que a gente está vendo no clima. Lugares em que era para chover e não está chovendo. Lugares em que era pra estar sol e está chovendo demais. Então, tudo isso são facetas dessa mesma crise climática", avalia Rômulo. "E quem mais sofre com essa crise climática são justamente aqueles que menos têm responsabilidade em causar isso. São as populações periféricas, é a população negra, a população indígena, ribeirinha. Que historicamente menos emitiram e até protegeram os territórios evitando que emissões acontecessem e, infelizmente, são eles os que estão pagando o preço mais caro nesse momento", lamenta Rômulo Batista.

O integrante da Frente de Desmatamento do Greenpeace ressalta que as queimadas causam muitos problemas e para a sociedade como um todo. Por isso, não à toa, aumentam os problemas respiratórios em locais com focos de incêndios, conforme já apontou a própria Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A solução é a busca pelo desmatamento zero, defende Batista.

"O Acre está em enchente, Roraima com muito fogo... A gente teve enchentes aí históricas levando à perda de vidas nos estados do Nordeste, Sudeste e Sul já este ano. Então, a gente tem que pensar que o melhor caminho é, sim, o desmatamento zero e deixar de utilizar essas técnicas tão arcaicas como é o uso de fogo em grandes propriedades", explica.

"O Brasil tem que buscar o desmatamento zero o quanto antes. Existe um plano governamental para 2030, mas a gente precisa dele o quanto antes. O segundo é repensar e legislar sobre essa utilização do fogo. O fogo é importante para as populações tradicionais, para os povos indígenas, para a agricultura familiar que usa, historicamente, isso e tem um controle sobre o fogo. A gente não pode continuar usando queimadas em fazendas de 10 mil, 15 mil, 20 mil hectares, porque isso emite gases do efeito estufa e também contribuem pra esse problema. Na outra ponta – não na parte de evitar as emissões –, a gente tem que começar a trabalhar na mitigação e na adaptação, principalmente, das cidades e das periferias, onde estão a população que mais sofre os efeitos dessa crise climática", argumenta.

Data da notícia: **05/03/2024**

**Título: Bancada do Cocar pede criação de comissão para investigar violência contra indígenas; sul da BA soma 31 assassinatos desde 2012**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/05/bancada-do-cocar-pede-criacao-de-comissao-para-investigar-violencia-contraindigenas-sul-da-ba-soma-31-assassinatos-desde-2012>

O assassinato da pajé Maria Fátima Muniz de Andrade, conhecida como Nega Pataxó, e a sequência de impunidades às violências contra os povos indígenas no Sul e Extremo Sul baiano, levou a Bancada do Cocar e um grupo de deputados aliados a entrarem com um pedido para criar uma comissão externa de investigação dos casos.

O requerimento foi feito no dia 22 de fevereiro, um mês após o ataque aos indígenas Pataxó Hãhãhãe. A pajé Nega Pataxó foi assassinada no final de janeiro deste ano, no território indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, durante um conflito com uma milícia rural que se autointitula Invasão Zero. No ataque foram baleados outros indígenas, entre eles o cacique Nailton Muniz Pataxó, irmão de Nega. Um policial militar e um filho de fazendeira foram presos e respondem por homicídio. No entanto, a ação do grupo pode estar relacionada a vários outros crimes.

A deputada indígena Célia Xakriabá ressalta que a escalada de violência está relacionada com a aprovação da lei 14.701/2023, que ficou conhecido como PL do Marco Temporal. O marco temporal em si foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas outros dispositivos seguem em vigor. "O Congresso Nacional não pode se tornar omissivo, sobretudo porque entendemos que essa violência crescente tem sido resultado do marco temporal. Por isso, vários partidos se juntaram entendendo que, se não pensar numa investigação necessária para o que vem sendo orquestrado no Sul da Bahia, a situação pode se alastrar por outros estados brasileiros", afirma.

O chamado marco temporal prevê que os povos indígenas só possam reivindicar a posse de territórios ancestrais que ocupavam na época da promulgação da Constituição de 1988. Com isso, os fazendeiros baianos ingressaram com novos processos na tentativa de expulsar os povos indígenas da região.

### **Território Indígena**

O território Caramuru-Catarina Paraguassu foi criado em 1927 ainda com a nomenclatura de reserva, pela extinta Secretaria de Proteção ao Índio (SPI), com terras doadas pelo estado da Bahia, para abrigar diferentes etnias "capturadas" nas matas da região pelos agentes da SPI.

Na década de 1970, durante a gestão de Antônio Carlos Magalhães, esse conflito se acirrou quando o governo da Bahia doou ilegalmente a fazendeiros da região títulos de terra que se sobreponham ao território da então Reserva Caramuru-Paraguassu.

A partir de 1982, os povos indígenas iniciam um processo de retomada do território. Estima-se que 22 indígenas foram assassinados desde o início da retomada até 2012, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decide pela ilegalidade da permanência de fazendeiros no território.

De 2012 para cá, mais 31 indígenas foram assassinados na TI Caramuru-Paraguassu, dentre eles, Nega Pataxó e o cacique Lucas Kariri-Sapuyá, assassinado exatamente 30 dias antes de Nega, no dia 21 de dezembro.

Data da notícia: **06/03/2024**

## **Título: Cesta básica será composta por alimentos in natura ou minimamente processados, institui decreto**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/06/cesta-basica-sera-composta-por-alimentos-in-natura-ou-minimamente-processados-institui-decreto>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu, em decreto publicado na quarta-feira (6), a nova composição da cesta básica de alimentos do país. O texto havia sido assinado na terça (5) durante a reunião plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Palácio do Planalto.

No evento, Lula reafirmou que o combate à fome é a prioridade do seu governo. Destacou ainda que a produção de alimentos deve estar pautada também na alimentação saudável.

Decreto assinado por ele trata disso. Estabelece que a nova cesta básica nacional é composta por um “conjunto de alimentos que busca garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, à saúde e ao bem-estar da população brasileira”.

Reforça ainda que a tal cesta será “composta por alimentos in natura ou minimamente processados e ingredientes culinários”, respeitando o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos, elaborados pelo Ministério da Saúde.

Por fim, o decreto ainda informa que, “na cesta básica serão priorizados, quando possível, alimentos agroecológicos e da sociobiodiversidade, produzidos em âmbito local, oriundos da agricultura familiar”.

Considerando isso, a cesta definida no decreto contém:

- feijões (leguminosas);
- cereais;
- raízes e tubérculos;
- legumes e verduras;
- frutas;
- castanhas e nozes (oleaginosas);

- carnes e ovos;
- leites e queijos;
- açúcares, sal, óleos e gorduras; e
- café, chá, mate e especiarias.

### **Isenção à vista**

O decreto fala em “políticas e programas de natureza tributária, inclusive a devolução de tributos às pessoas físicas”. Essa devolução, chamada de cashback, já está prevista na Reforma Tributária aprovada em 2023.

A reforma também fala de isenção total de impostos sobre os produtos da cesta básica, mas sem definir quais são eles.

De acordo com Marília Sobral Albiero, coordenadora da campanha sobre Alimentação Saudável da organização ACT Promoção da Saúde, a isenção para a cesta básica ainda demandará a aprovação de uma lei complementar, cujo projeto sequer foi encaminhado pelo governo ao Congresso.

Albiero destacou que o decreto do presidente traz boas definições e dá uma sinalização clara do que o governo espera incluir na cesta.

“Ontem foi um grande marco. O decreto dá grandes diretrizes para a cesta básica”, afirmou ela. “Existe grande chance que a lei complementar [para a isenção] se baseie muito no direcionamento deste decreto.”

Alan Tygel, membro da coordenação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), também comemorou a publicação do decreto e confirmou que ele está “de olho” na Reforma Tributária.

Tygel ainda afirmou que os parâmetros do decreto estão alinhados com bandeiras históricas do movimento por alimentação saudável.

“É fundamental porque estabelece diretrizes para alimentos com tarifa zero e ao mesmo tempo aponta que alimentos ultraprocessados devem pagar mais imposto”, disse ele. “A gente quer que a comida ruim seja mais cara e que a comida boa, que é essa que está prevista no decreto, tenha preço competitivo.”

Data da notícia: **07/03/2024**

**Título: A cada 24 horas, ao menos oito mulheres foram vítimas de violência**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-cada-24-horas-ao-menos-oito-mulheres-foram-vitimas-de-violencia/>

No ano de 2023, ao menos oito mulheres foram vítimas de violência doméstica a cada 24 horas. Os dados referem-se a oito dos nove estados monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança (BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ, SP).

A informação consta do novo boletim Elas Vivem: Liberdade de Ser e Viver, divulgado nesta quinta-feira (7). Ao todo, foram registradas 3.181 mulheres vítimas de violência, representando um aumento de 22,04% em relação a 2022, quando Pará e Amazonas ainda não faziam parte deste monitoramento.

Ameaças, agressões, torturas, ofensas, assédio, feminicídio. São inúmeras as violências sofridas que não começam ou se esgotam nas mortes registradas. Os dados monitorados apontaram 586 vítimas de feminicídios. Isso significa dizer que, a cada 15 horas, uma mulher morreu em razão do gênero, majoritariamente pelas mãos de parceiros ou ex-parceiros (72,7%), que usaram armas brancas (em 38,12% dos casos), ou por armas de fogo (23,75%).

“A mobilização contra o feminicídio e outras formas de violência salva vidas. Nós já perdemos mulheres demais, e ainda perderemos. É a denúncia incansável que preservará a vida de tantas outras”, disse a jornalista Isabela Reis, que assina o principal texto desta edição do relatório.

Na comparação com 2022, os dados mostram São Paulo como o único estado a ultrapassar mil eventos de violência – alta de 20,38% (de 898 para 1.081). Em seguida vem o Rio de Janeiro, que registrou 13,94% (de 545 para 621) a mais que no ano anterior. Já o Piauí,

embora registre menos casos em números absolutos, é o estado que registrou a maior taxa de crescimento: quase 80% de alta em um ano (de 113 para 202).

Também no Nordeste, com 319 casos de violência, Pernambuco registrou 92 feminicídios. A Bahia lidera em número de morte de mulheres (199), o Ceará é o estado com maior registro de transfeminicídios (7) e o Maranhão lidera os crimes de violência sexual/estupro (40 ocorrências).

## **Metodologia**

Os dados são produzidos a partir de um monitoramento diário do que circula nas mídias sobre violência e segurança. As informações coletadas de diferentes fontes são confrontadas e registradas em um banco de dados que posteriormente é revisado e consolidado.

O monitoramento da Rede de Observatórios permite que crimes que têm evidências mas não são tipificados pela polícia, como violência contra mulheres (lesão corporal, ameaças e outros), possam ser nomeados corretamente. Dessa forma, é possível reduzir a subnotificação comum a esses casos e produzir análises mais seguras sobre o que ocorre na realidade, complementando e enriquecendo os dados oficiais.

Data da notícia: **08/03/2024**

**Título: Mulheres do MST realizam ato em frente a revendedora de armas da Taurus em São Paulo**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-do-mst-realizam-ato-em-frente-a-revendedora-de-armas-da-taurus-em-sao-paulo/>

Cerca de 200 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fizeram uma manifestação em frente à loja Conceito AMTT, revendedora de armas das empresas de armas e cartuchos, Taurus e CBC, no começo da tarde desta sexta-feira, 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres.

A ação, que visa denunciar o aumento do feminicídio no país, a flexibilização do acesso a armas de fogo e a exportação de materiais bélicos a Israel, integra a jornada nacional do movimento neste dia internacional de luta das mulheres. O mote deste ano é “Lutaremos por nossos corpos e territórios – nenhuma a menos”.

O grupo de mulheres relembrou o aumento do número de feminicídios por arma de fogo no país, principalmente após os decretos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) flexibilizarem o acesso ao porte e posse de armas no país. Em 2023, 1.463 foram vítimas de feminicídio, de acordo com o Anuário brasileiro de Segurança Pública 2023, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e publicado nesta quinta-feira (7). A quantidade de feminicídios aumentou 1,6% em relação a 2022. De acordo com o relatório, é o maior número já registrado desde a tipificação da lei, em março de 2015.

Ainda de acordo com o relatório, as armas de fogo são o principal instrumento utilizado nos casos de feminicídio no Brasil: 68,6% dos casos foram praticados com esse tipo de instrumento.

Nesse cenário, também em 2022, 783.385 pessoas foram registradas como Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC), sete vezes mais do que em 2018. Quanto às munições, foram 420,5 milhões apenas no ano passado, um aumento de 147% desde 2017.

No primeiro semestre de 2022, a receita das vendas no mercado interno da empresa Taurus aumentou 47,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior, gerando um lucro líquido de R\$ 295,8 milhões.

“Essa ação de hoje é pela vida. Pela vida de todas as mulheres. Pela vida de Nega Pataxó, pela vida das mulheres palestinas que estão sendo assassinadas na faixa de Gaza junto com suas crianças e bebês. E por todas as mulheres originárias que perderam suas vidas na luta pela terra”, afirma o MST em nota.

“População armada é segurança pra quem? A violência sentida no campo, onde a sanha por lucro do agronegócio e da mineração é expressa nas sistemáticas violências sofridas pelos povos do campo, das águas e das florestas que, em busca insaciável por territórios, passa por cima dos corpos e da natureza”, denuncia o movimento.

A empresa é responsável pela comercialização de revólveres, pistolas, submetralhadoras, fuzis, carabinas, rifles e espingardas, com abrangência nos mercados civil, militar e policial no Brasil e em cerca de outros 100 países. Em seu site, a Taurus se define como uma Empresa Estratégica de Defesa e integrante da Base Industrial de Defesa (BID), com 83 anos de história.

Um dos países para o qual a empresa exporta armamentos é Israel, que já matou pelo menos 30.717 palestinos e deixou outros 72.156 feridos em ataques realizados na Faixa de Gaza, de acordo com o Ministério da Saúde da Palestina. O massacre na região começou depois que o Hamas – grupo armado palestino que governa a Faixa de Gaza – fez um ataque em Israel, em 7 de outubro do ano passado.

Na segunda-feira seguinte ao ataque, as ações da Taurus no mercado financeiro fecharam em alta de 2,22%. No dia seguinte, o aumento foi de 5,3%. No entanto, o crescimento no mercado israelense é anterior à data de início do massacre, quando Israel decidiu facilitar o acesso da população às armas. No primeiro semestre de 2023, a exportação de armamentos da Taurus ao mercado israelense cresceu cerca 700%, em comparação ao mesmo período do ano passado, de R\$ 560 mil para R\$ 4,9 milhões.

Dos mais de 30 mil palestinos mortos, 25 mil são crianças e mulheres, de acordo com o próprio secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, que sai em defesa do governo de Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel. De acordo com o site da empresa armamentista, a palavra Taurus, no latim, significa touro. “O Touro, desde a antiguidade, representa força e vigor. A Taurus é inspirada nesse conceito.”

Em nota, a AMTT categorizou a ação como “ato de vandalismo” e afirmou que registrou boletim de ocorrência contra as participantes do ato. Leia a íntegra da nota:

“O ato realizado nesta sexta-feira (08.mar.2024) em frente à loja AMTT não foi uma manifestação pacífica, foi um ato de vandalismo, pois caso contrário as pessoas não estariam com seus rostos cobertos cometendo ações de violência. A AMTT lamenta e lamenta e repudia os atos de vandalismo contra o estabelecimento, com depredação da fachada, que geraram prejuízos e transtornos à empresa, assim como forte insegurança aos seus colaboradores. A AMTT já fez o registro por meio de Boletim de Ocorrência, com as imagens e dados dos veículos, e aguarda providências legais das autoridades. A AMTT lamenta esses atos violentos contra empresas idôneas que pagam impostos e geram milhares de empregos no país.”

Data da notícia: **09/03/2024**

## **Título: MST acusa PM de fazer cerco e impedir entrada de suprimentos em acampamento de MG**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mst-acusa-pm-de-fazer-cerco-e-impedir-entrada-de-suprimentos-em-acampamento-de-mg/>

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) acusa a polícia de cercar um acampamento de mulheres em Lagoa Santa (MG) e de impedir a entrada de suprimentos.

A ocupação da fazenda 'Aroreiras' aconteceu na manhã da sexta-feira 8 por cerca de 500 famílias do movimento. A ação, realizada no Dia Internacional da Mulher, foi coordenada pelas mulheres Sem Terra, no âmbito da Jornada Nacional de Lutas, que tem como o lema "Lutaremos! Por nossos corpos e territórios, nenhuma a menos!".

Os integrantes da ocupação questionam o não cumprimento da função social da terra, já que a propriedade estava abandonada pelos proprietários e improdutiva. O MST pede que a lei seja cumprida e a área destinada à Reforma Agrária. Também aponta a lentidão do governo Lula de conduzir a realização da reforma.

Segundo o movimento, só no estado de Minas Gerais há mais de 5 mil famílias acampadas à espera de assentamento definitivo.

Na sexta 8, o MST já denunciava um cerco policial ao local que, segundo os manifestantes, impedia a entrada de suprimentos para os acampados, bem como o trânsito de lideranças no local, como advogados e parlamentares.

A denúncia é de que neste sábado 9, o governador Romeu Zema (PSD-MG) mobilizou a tropa de choque da Polícia Militar para ir ao local, sem ordem judicial, o que é visto como violação pelo MST.

"A medida viola todos os protocolos de Direitos Humanos e impede o direito das pessoas se manifestarem de forma pacífica, como tem ocorrido. O movimento alerta que o governador Romeu Zema não tem a prerrogativa para reprimir as manifestantes sem terra e que ele será responsabilizado por qualquer violência cometida contra as acampadas", disse o movimento, em nota.

A área da fazenda Aroeiras é uma herança familiar, disputada por oito herdeiros. Neste sábado 9, a Justiça de Minas Gerais indeferiu um pedido de liminar pela reintegração de

posse, em ação protocolada por parte dos herdeiros do terreno. No entendimento do juiz de direito Chrystiano Lucas Generoso não ficou comprovada 'a posse prévia que é requisito para concessão da liminar possessória'. A ação ainda deve ser avaliada fora do plantão do Judiciário.

Ainda segundo o MST, algumas das herdeiras da fazenda já manifestaram interesse em negociar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a venda do imóvel.

A reportagem de CartaCapital pediu esclarecimentos à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, mas não obteve resposta.

Data da notícia: **11/03/2024**

**Título: Movimentos populares lotam Câmara de SP em solidariedade 'incondicional' a padre Júlio Lancellotti**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/11/movimentos-sociais-lotam-camara-de-sp-em-solidariedade-incondicional-a-padre-julio-lancellotti>

Movimentos populares, vereadores do campo progressista e integrantes da Igreja Católica lotaram na noite desta segunda-feira (11) no Auditório Prestes Maia, da Câmara de São Paulo, em um ato de apoio "incondicional" ao padre Júlio Lancellotti.

Os participantes denunciaram o que chamaram de "perseguição" da extrema direita ao religioso, que é alvo de uma proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de iniciativa do vereador Rubinho Nunes (União), ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL).

"Não é o padre Júlio quem está sendo acusado, mas sim toda a igreja que defende os pobres. Atacar o padre Júlio Lancellotti é atacar os movimentos populares", afirmou Gilmar Mauro, da coordenação nacional do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Representando a paróquia de São Miguel Arcanjo, à qual pertence padre Júlio, o padre Tarcísio Marques Mesquita diz que os integrantes da comunidade na zona leste de São

Paulo (SP) estão preocupados com a saúde do religioso. "Nós enquanto comunidade não aceitamos essa situação, que é injusta e hipócrita", pontuou.

Os participantes da audiência na Câmara consideram a CPI uma manobra política para esconder a desigualdade social de São Paulo (SP), cidade mais rica do Brasil, mas com metade da população de rua do país.

"São Paulo é uma cidade que odeia pobre. Que tenta a todo custo expulsar as pessoas pobres das regiões centrais e tentar escondê-las nas periferias. E o padre Júlio não deixa essa verdade ser escondida, por isso ele é atacado", afirmou a vereadora Elaine do Quilombo Periférico (PSOL).

### **Audiência ocorre em meio à mudança de foco da CPI**

Nesta terça-feira (12), Nunes buscará assinaturas de vereadores para mudar o escopo da CPI. Até agora, o pressuposto era investigar ONGs que dão apoio à populações em situação de rua. O foco agora são crimes sexuais e abusos contra essas populações.

Com a configuração anterior, a CPI enfrentaria dificuldades para mirar padre Júlio, já que ele não pertence a nenhuma ONG, mas sim à paróquia São Miguel Arcanjo, na Mooca, zona leste de São Paulo (SP). Ele também é coordenador da Pastoral do Povo da Rua.

### **Relembre o caso**

Em janeiro, o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, o vereador Milton Leite (União Brasil), enviou à Arquidiocese um vídeo de cunho sexual, sem autenticidade comprovada, relacionando-o ao padre Julio Lancellotti.

O vídeo circulou pelas redes sociais em meio à tentativa de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o trabalho de lideranças que atuam em prol da população de rua, especialmente o padre.

A proposta de CPI foi articulada pelo vereador Rubinho Nunes (União Brasil), vinculado ao Movimento Brasil Livre (MBL). Nunes alega que o padre faria parte de uma "máfia da miséria" no centro de São Paulo. Diante de uma grande repercussão negativa, muitos vereadores manifestaram recuo e desistência no apoio à CPI.

Data da notícia: **11/03/2024**

**Título: Motoristas por aplicativos ganham regulamentação nos marcos da precarização**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/11/motoristas-por-aplicativos-ganham-regulamentacao-nos-marcos-da-precarizacao>

No último dia 4 de março, o governo federal realizou um evento de lançamento do projeto de lei (PL) que regulamenta o trabalho dos motoristas por aplicativos no país. O evento contou com a presença de autoridades e políticos, dirigentes sindicais, trabalhadores e representantes empresariais, é um marco, no âmbito do poder Executivo, após as intensas negociações que envolveram a regulamentação do trabalho subordinado às plataformas digitais no último ano.

O PL em questão é destinado especialmente aos motoristas por aplicativos, deixando os entregadores e outras categorias de fora. Chamada por “Autonomia com direitos”, a proposição visa garantir, conforme o discurso do governo, a autonomia dos trabalhadores na realização de suas jornadas de trabalho junto à concessão de alguns direitos sociais, especialmente relacionados à contribuição para a previdência social.

**Uma história que se arrasta**

Diferentes países têm regulamentado o trabalho por plataformas digitais, sobretudo o de transporte de passageiros e de entrega por meio de aplicativos. O Brasil, que é um dos maiores nichos dessas grandes empresas, ainda não havia dado nenhuma resposta para essa questão — sendo as únicas normas, em nível federal, aquelas que possibilitaram a atuação dessas empresas, em meados de 2014, sem nenhuma contrapartida aos trabalhadores que garantem os seus lucros.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) demonstrou interesse na regulamentação do trabalho por aplicativos desde o período da campanha eleitoral. O pronunciamento mais emblemático do atual presidente nesta direção foi em abril de 2022, em um encontro com sindicalistas e trabalhadores.

Em maio de 2023, após idas e vindas com representantes dos trabalhadores e das empresas, o governo constituiu um Grupo de Trabalho (GT), coordenado pelo secretário de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho (PT), para tratar do tema. O GT, que funcionou até setembro de 2023, discutiu somente as formas de regulamentação do trabalho de entregadores e motoristas por aplicativos. Além disso, terminou suas atividades sem nenhum resultado concreto, embora publicamente dissesse que as discussões embasariam uma proposição consensuada.

Em seu discurso no evento de lançamento do PL, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), comentou: “Fechamos a negociação em novembro. E de novembro até agora fizemos a redação. Uma redação complexa, e nós compreendemos isso. Eu nunca tinha participado de uma negociação que a redação demorasse tanto”.

Diante da postura do governo, as outras partes se mobilizaram para conquistar a opinião pública e pressionar as instituições: por um lado, as empresas investiram em lobby e publicidade, divulgando pesquisas tendenciosas que elucidavam uma possível opinião contrária dos trabalhadores às formas de regulamentação; por outro, os trabalhadores realizaram diversas manifestações, com campanhas virtuais, paralisações e protestos.

### **Uma regulamentação fracionada**

A regulamentação prevista somente para os motoristas por aplicativos se justifica, conforme o governo, por conta da aceitação de seu conteúdo tanto por parte dos representantes das empresas como dos trabalhadores — e é simbólico, tanto no evento como nas redes sociais, o discurso entusiasmado e a comemoração vinda dos dois lados.

A escolha por dois PLs cria uma regulamentação fracionada do trabalho por plataformas digitais. É provável que as normas referentes aos entregadores sejam diferentes e, nesta direção, envolvam condições de trabalho e acesso a direitos ainda mais rebaixados, uma vez que esses trabalhadores convivem com aspectos ainda maiores da precarização.

### **O que o governo quer dizer com autonomia com direitos?**

Após assinar o PL, Lula discursou por cerca de 15 minutos. Em suas palavras: “A história irá provar que este é um dia muito diferente de outros (...). Há um tempo atrás, ninguém neste país acreditava que seria possível estabelecer uma mesa de negociação entre trabalhadores e empresários e que o resultado fosse uma organização diferente no mundo do trabalho (...)”.

O governo argumenta que o PL busca prever maior segurança e transparência — com base nos termos e condições de uso, que são estabelecidos pelas plataformas —, além da contribuição dos trabalhadores e das empresas ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) — impactando no auxílio-maternidade e aposentadoria, por exemplo —, e remuneração mínima e jornada de trabalho máxima, calculados pelo tempo “efetivamente trabalhado” — isto é, que leva em consideração o tempo em que os trabalhadores realizam corridas, e não o tempo em que permanecem à disposição das plataformas, esperando o chamado.

### **Um copo meio cheio ou meio vazio**

Noutra oportunidade, sustentamos que a regulamentação do trabalho por plataformas digitais no país poderia assumir três caminhos. O primeiro, de viés progressista, alinhado às melhores experiências internacionais de regulamentação e consequente com aquilo que as pesquisas científicas têm apontado, seria a compreensão de que esses trabalhadores são subordinados às empresas e que, por isso, deveriam ter formalizado o vínculo de emprego e garantido o acesso à proteção social e trabalhista prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O segundo, de viés conservador, alinhado ao interesse de lucro das empresas, seria a manutenção da atual compreensão, de que esses trabalhadores não são subordinados e que, portanto, têm total autonomia de trabalho, sem ter garantido o devido reconhecimento do vínculo empregatício e acesso a direitos. O terceiro, de viés igualmente conservador, seria uma regulamentação rebaixada: sem a devida compreensão de que os trabalhadores são subordinados às empresas, e, portanto, sem prever a formalização do trabalho e acesso aos direitos previstos na CLT, mas com a garantia de certos benefícios. A proposta de Lula trilha o terceiro caminho.

Não à toa, as empresas comemoram a vitória. O discurso de André Porto, da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), representante das principais empresas de transporte por aplicativos, como a Uber, é elucidativo: “Sempre fomos favoráveis à construção de uma regulamentação que oferecesse equilíbrio entre as demandas dos trabalhadores e a sustentabilidade de um modelo de negócios inovador, que traz benefícios a toda economia do país. Defendemos, desde o início dos trabalhos [do GT], a inclusão dos trabalhadores no sistema público de Previdência Social, a definição de uma renda mínima e outras questões contempladas neste PL, como a maior transparência na relação entre as plataformas e os motoristas”. E continua: “(...) A proposta de uma regulamentação que garanta segurança jurídica para as empresas seguirem investindo, e ao mesmo tempo assegure direitos às trabalhadoras e trabalhadores de aplicativos, seguramente será um marco histórico nesta indústria no Brasil e um exemplo para os demais países”.

Em tempo: as empresas sempre foram favoráveis a qual regulamentação? Que assegura quais direitos às trabalhadoras e trabalhadores? A segurança e transparência que buscam e conquistaram são as mesmas que os trabalhadores reivindicam?

“Autonomia com direitos” tenta fazer uma síntese entre campos opostos — enquanto ter autonomia significaria falta de direitos aos trabalhadores, ter o acesso a direitos significaria total subordinação. O PL, no entanto, não cria autonomia e nem garante acesso pleno aos direitos.

O governo celebrou e foi aplaudido por “criar uma nova modalidade de trabalho”, “uma nova categoria de trabalhadores”. Nas palavras de Lula: “Foi parida uma criança nova. No mundo do trabalho, as pessoas que querem autonomia terão autonomia, mas terão um mínimo de garantias”. Na mesma direção, o ministro do Trabalho e Emprego afirma: “O que nasce aqui é uma categoria diferenciada. O problema é que essa liberdade até então era uma liberdade falsa, porque os trabalhadores estavam sendo escravizados por longas jornadas e baixos salários (...). É autonomia, sim.

Os trabalhadores estarão vinculados a quantas plataformas desejarem, poderão organizar os seus horários, mas terão direitos garantidos, o direito à cobertura da previdência social”.

O governo, na realidade, criou direitos de segunda ordem. Algo que poderia ser visto como um copo meio cheio, naquela alegoria há muito conhecida, mas que representa um copo meio vazio. Estranha o fato de o campo progressista insistir em beber deste copo meio cheio. Ao defender o PL, apontando que o governo “fez o que era possível”, muitos têm demonstrado conformidade com o resultado “menos pior”. Isto deveria nos assombrar quando pensamos, a médio e longo prazo, qual projeto de país e qual forma de proteção social e trabalhista temos disposição e capacidade de construir para as atuais e futuras gerações.

O trabalho dos motoristas por aplicativos continua sendo subordinado às plataformas digitais, isto é, controlado pelos algoritmos que definem o preço, o tempo e a própria possibilidade de trabalho, sendo a única autonomia dos trabalhadores o momento de escolha — que não é pura e simplesmente uma escolha, como sabemos — de estar logado ou não no aplicativo.

O discurso da autonomia dos trabalhadores mascara o vínculo de subordinação com as plataformas, e, por consequência, impossibilita a compreensão jurídica e política, por parte das instituições e dos próprios sujeitos, da possibilidade de acesso pleno aos direitos sociais e trabalhistas. As empresas, desde meados de 2014, propagandeiam a “liberdade” e

a “flexibilidade” das jornadas para negar a sua relação com os trabalhadores. Essa tese não somente deixou de ser rebatida pelo governo do Partido dos Trabalhadores como passou a ser incorporada e incentivada.

### **Um risco à CLT**

Mesmo com os retrocessos e alterações legislativas que foram feitos pela reforma trabalhista de 2017 — cuja revogação parece estar cada vez mais longe do horizonte do governo Lula —, ao serem reconhecidos como trabalhadores subordinados às empresas, motoristas e entregadores por aplicativos — e mesmo outros trabalhadores por plataformas digitais — poderiam ser enquadrados em categorias profissionais já existentes, e contar com os direitos já previstos na CLT.

Nas palavras de Marinho: “A CLT está muito bem, viva e presente, na vida de milhões de brasileiros e brasileiras e do empresariado brasileiro. Ocorre que o presidente Lula fez um compromisso na campanha eleitoral, de trabalhar a regulamentação de trabalhadores e trabalhadoras por aplicativos e da atividade econômica dos aplicativos. Este compromisso, desde o início, não foi dito se seria pela CLT ou não. É um processo de debate num novo momento do mercado de trabalho e de novas escolhas (...). É preciso observar o que está acontecendo internacionalmente na economia e nas relações de trabalho, e observar que seria preciso um diálogo com trabalhadores e empresários. Mais do que participar da negociação, o governo organizou um grupo tripartite e provocou um diálogo entre as partes (...)”.

Lula tem discursado que a sua proposta de regulamentação do trabalho por aplicativos é inspirada naquela que foi aprovada recentemente na Espanha, que compreende que os trabalhadores devem ser formalizados e terem acesso ao conjunto dos direitos sociais e trabalhistas previstos na legislação.

No entanto, na prática, a proposta de Lula caminha em outra direção: apresenta convergência, isto sim, com leis que favorecem os contratos via terceirização e pejetização. Tais leis descaracterizam a relação de subordinação do trabalho, rebaixam ou retiram o acesso dos trabalhadores aos direitos sociais e trabalhistas e legitimam, por meio da norma, condições de trabalho precarizadas sob o véu da autonomia e da preocupação com a “segurança jurídica” das empresas.

Diversos pesquisadores, ativistas e lideranças de organizações coletivas têm advertido que o PL representa um risco ao emprego formal e ao acesso à CLT. Alegam que a criação desta forma de contratação rebaixada poderá incentivar o mesmo formato para outros

casos — como já ocorreu após a aprovação das legislações de terceirização e da criação do Microempreendedor Individual (MEI).

### **Próximos passos**

Após o lançamento, o PL foi encaminhado ao Congresso Nacional, onde passará pelos trâmites de negociação, avaliação e votação. Importante destacar que mais do que uma resposta pública à sociedade civil, o evento de lançamento serve como pressão do Poder Executivo ao Legislativo, que se mantém avesso às possibilidades de regulamentação. De toda forma, se aprovado com ou sem modificações no Congresso, o PL será considerado uma vitória do governo Lula próximo às comemorações do 1º de Maio.

A proposta de Lula é rebaixada. Evidentemente, a formulação do PL está inserida num contexto de uma fraca base de apoio no Congresso Nacional, de uma baixa capacidade de mobilização social e de uma forte pressão da ampla frente política que o sustenta, com setores da burguesia interna que dificultam uma guinada à esquerda. Mas, antes de mais nada, também é fruto de uma escolha política.

O conteúdo da proposta de regulamentação do trabalho dos entregadores por aplicativos segue sendo um mistério diante da falta de consenso entre as partes envolvidas e da indisposição do governo em assumir um dos lados. Conforme o ministro do Trabalho e Emprego, “ainda restam os trabalhadores de entregas. Ainda não chegamos lá. Espero que este PL [dos motoristas] inclusive influencie para que a gente possa voltar para a mesa. Não adianta o Ifood mandar recado. Nós conversamos um ano inteiro”.

Segundo Marinho, os representantes das empresas de entrega por aplicativos alegam que o padrão de negociação estabelecido pelos trabalhadores e governo não cabe em seu modelo de negócios: “O modelo de negócio é altamente explorador. É preciso que essas plataformas também sentem para conversar, sabendo que precisamos estabelecer padrão remuneratório que ofereça condições de cidadania e vida digna para esses trabalhadores, como estamos fazendo aqui [com os motoristas por aplicativos]”.

Lula deixou evidente que a aprovação de sua proposta não está ganha no Congresso: “Vocês sabem que terão que trabalhar com os deputados. É preciso começar a buscar os líderes de bancada. Da parte do governo faremos o máximo para aprovarmos o mais rápido possível, mas sempre tem gente contrária. É importante termos paciência e não raiva dos contrários. Convencer que são trabalhadores, que carregam o país nas costas”.

A proposta do Executivo e o comportamento do Legislativo influenciará diretamente nas próximas discussões do Judiciário, que também enfrenta o debate do trabalho por

plataformas. Está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) a compreensão da existência do vínculo empregatício entre os trabalhadores e a Uber. Na última sexta-feira, 1º de março, em deliberação unânime, foi reconhecido que a matéria tem repercussão geral, isto é, que ultrapassa os interesses das partes envolvidas em um único processo, servindo como modelo de julgamento para processos semelhantes.

Conforme noticiado no site do STF, atualmente existem mais de 10 mil processos sobre o tema tramitando nas diversas instâncias da justiça trabalhista. A Uber, que é referência mundial no setor, e que já teve reconhecido o vínculo de subordinação com seus trabalhadores em outros países, já recorreu e pede a suspensão dos processos contra ela nas instâncias inferiores da justiça trabalhista brasileira.

Cabe, novamente, recolocar a questão: as empresas sempre foram favoráveis a qual regulamentação? Que assegura quais direitos às trabalhadoras e trabalhadores?

Data da notícia: **11/03/2024**

**Título: Em 2023, garimpo devastou quatro campos de futebol por dia nas terras Yanomami, Kayapó e Munduruku**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/11/em-2023-garimpo-devastou-quatro-campos-de-futebol-por-dia-nas-terras-yanomami-kayapo-e-munduruku>

As Terras Indígenas (TIs) Yanomami, Kayapó e Munduruku, na Amazônia, tiveram 1.409 mil hectares devastados pelo garimpo em 2023, e são as mais atingidas pela mineração ilegal no país. Ao longo do ano nas três TIs, a atividade derrubou 4 hectares por dia – cada hectare equivale a aproximadamente um campo de futebol.

As conclusões são de um estudo feito pelo Greenpeace Brasil a partir da análise de imagens de satélite. O garimpo em terras indígenas é proibido no Brasil e se tornou um indutor de mortes de indígenas e de conflitos no campo, especialmente durante o governo Jair Bolsonaro (PL), que enfraqueceu a fiscalização ambiental.

Algumas das novas áreas de garimpo abertas em 2023 estão perto de aldeias nas três TIs analisadas. O caso mais alarmante é na TI Munduruku (PA), onde garimpeiros estão próximos de 15 comunidades. A proximidade aumenta o perigo de contaminação dos rios e solo, transmissão de doenças e violência contra indígenas.

### **Novas áreas de garimpo em 2023 por terra indígena:**

**Kayapó** - 1.019 hectares

**Munduruku** - 152 hectares

**Yanomami** - 239 hectares

**Total:** 1.410 hectares

O levantamento comparou a devastação do garimpo registrada em 2023 com o acumulado histórico até o final de 2022. No período, a TI Kayapó foi a mais afetada, com 15.430 hectares. Já as terras Munduruku e Yanomami tiveram 7.094 e 3.892 hectares invadidos pelo garimpo, respectivamente.

O porta-voz do Greenpeace Brasil, Jorge Eduardo Dantas, disse que os esforços de combate e fiscalização nas três TIs não foram suficientes. Ele defendeu novas medidas urgentes e ações concretas para acabar com o garimpo em terras indígenas.

"Cada hora que passa com os garimpeiros dentro dos territórios indígenas significa mais pessoas ameaçadas, uma porção de rio destruído e mais biodiversidade perdida. Precisamos, para já, de uma Amazônia livre de garimpo", alertou Dantas, em comunicado divulgado pelo Greenpeace Brasil.

### **Governo tem plano para expulsar invasores**

O Ministério dos Povos Indígenas (MPI) respondeu ao Brasil de Fato que as terras Munduruku, Yanomami e Kaiapó estão contempladas no plano apresentado pelo governo para a expulsão de invasores, com homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709.

"Em relação aos dados que constam no estudo do Greenpeace nas Terras Indígenas Yanomami, Kayapó e Munduruku, é importante destacar que, em 2023, comparativamente ao ano de 2022, teve-se uma redução significativa da presença de garimpo e crimes ambientais, conforme informações do Ministério do Meio Ambiente", declarou o MPI.

O MPI afirmou que, segundo a Rede Brasil Mais de monitoramento, houve redução de 36% de áreas degradadas por garimpo no Brasil em 2023 (117 km<sup>2</sup>), comparado com 2022 (183 km<sup>2</sup>) devido ao trabalho de fiscalização do Ibama. E acrescentou que na Terra Indígena Yanomami houve uma redução de 85% das áreas para mineração ilegal. Leia na íntegra o posicionamento do MPI no final do texto.

### **Brasil precisa olhar além do território Yanomami, diz Greenpeace**

Na TI Yanomami, em Roraima, o governo federal atua desde o início de 2023 em uma força-tarefa para expulsar os garimpeiros. O Greenpeace ressalta que as TIs Kayapó e Munduruku, ambas no Pará, também necessitam de apoio governamental imediato.

"Temos lido e ouvido bastante sobre os esforços do governo para combater o garimpo ilegal na TI Yanomami. Porém, precisamos lembrar que os territórios dos povos Kayapó e Munduruku, no Pará, têm sido muito prejudicados e é preciso reforçar as operações e trabalhos de fiscalização por ali também. Não basta só a vontade política", afirmou o porta-voz da ONG ambiental.

A ONG lembrou que, devido ao avanço do garimpo, iniciativas de combate à atividade predatória foram tomadas pelos próprios indígenas nas TIs Kayapó e Munduruku. Uma delas é a Aliança em Defesa dos Territórios, que tem apoio do Greenpeace e do Instituto Socioambiental (ISA).

"Vale destacar com estes dados a atuação direta dos próprios povos indígenas no combate ao garimpo em suas terras. As lideranças dos Kayapó, Munduruku e Yanomami, por exemplo, recentemente se uniram numa iniciativa histórica e formaram a Aliança em Defesa dos Territórios, que trabalha fazendo incidência política junto a autoridades contra a exploração ilegal de ouro", acrescentou Dantas.

### **Maioria do garimpo está na Amazônia**

92% do garimpo no Brasil está na Amazônia, conforme dados do Mapbiomas compilados até 2022. As TIs que mais sofrem com a atividade predatória são Kayapó, Munduruku e Yanomami.

A pior situação é na TI Kayapó, onde imagens de satélite permitem ver que o garimpo está concentrado nas porções leste e nordeste do território. Pelo menos quatro aldeias estão sobrepostas pela garimpagem.

O segundo pior cenário é na TI Munduruku. Até dezembro de 2023, 7 mil hectares do território tinham sido afetados pelo garimpo, dos quais 5,6 mil hectares foram devastados entre 2019 e 2023.

Na TI Munduruku, o garimpo registrou desaceleração entre 2022 e 2023. No período, a área anual devastada pela atividade caiu de 430,9 hectares para 152 hectares. O rio mais impactado é o Cabitutu.

Em terceiro lugar na devastação provocada pela mineração ilegal em 2023 está a TI Yanomami. A abertura de novas áreas de garimpo teve um pico em janeiro do ano passado. Em fevereiro houve uma queda drástica após o governo federal iniciar a operação de expulsão dos invasores. Março registrou mais um pico de novas áreas de garimpo, conforme o Greenpeace.

"Vale ressaltar, contudo, que nem sempre os problemas socioambientais são proporcionais ao tamanho da área de garimpo. Isso explica por que, apesar de ser a terra indígena com a menor área de garimpo das três analisadas, a TI Yanomami concentra tantos conflitos dentro do território", observou o comunicado do Greenpeace.

### **Posicionamento do Ministério dos Povos Indígenas**

Em resposta, o Ministério dos Povos Indígenas encaminhou uma nota ao Brasil de Fato. Leia na íntegra:

"Em seu primeiro ano de atuação, o Ministério dos Povos Indígenas focou em promover esforços conjuntos nas terras indígenas, sobretudo as mais afetadas, para combater o garimpo e, por consequência, o desmatamento, assim como para combater a vulnerabilidade e a desnutrição grave entre os Yanomami.

O MPI articulou ações junto a outros ministérios, autarquias e instituições para efetivar os direitos dos povos indígenas. No ano passado, articulações com o Ministério da Justiça (MJ), Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional, Ministério da Defesa (MD), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e Funai foram realizadas com o intuito de combater as ilegalidades dentro do território indígena Yanomami e demais territórios, como Kayapó e Munduruku.

Sem prejuízo da desintrusão, as medidas de combate ao crime (de garimpo ilegal e ambientais), seguem sendo, rotineira e intensamente, realizadas pelo Governo Federal.

Em relação aos dados que constam no estudo do Greenpeace nas Terras Indígenas Yanomami, Kayapó e Munduruku, é importante destacar que, em 2023, comparativamente

ao ano de 2022, teve-se uma redução significativa da presença de garimpo e crimes ambientais, conforme informações do Ministério do Meio Ambiente.

Com efeito, o Ibama atua ininterruptamente na TI Yanomami desde fevereiro de 2023. As principais linhas de ação para acabar com o garimpo ilegal são o bloqueio do fluxo de suprimentos para a mineração ilegal (combustível, alimentos, peças de reposição etc.), com o objetivo de inviabilizar a permanência dos garimpeiros e a apreensão e destruição da infraestrutura para mineração ilegal (aeronaves, motores, barcos, acampamentos, equipamentos etc.), com o objetivo de descapitalizar e incapacitar os infratores.

Segundo a Rede Brasil Mais de monitoramento houve redução de 36% de áreas degradadas por garimpo no Brasil em 2023 (117 km<sup>2</sup>), comparado com 2022 (183 km<sup>2</sup>) devido ao trabalho de fiscalização do Ibama. Na Terra Indígena Yanomami houve uma redução de 85% das áreas para mineração ilegal.

Foram realizadas 673 ações fiscalizatórias em 98 Terras Indígenas que resultaram em 378 autos de infração, R\$ 119 milhões em multas, 306 termos de apreensão, 179 termos de destruição.

As ações contra a mineração ilegal resultaram na destruição de 578 balsas, 149 escavadeiras, 358 acampamentos, 226 motores, 31 aeronaves, 147 estruturas de apoio, 108 mil litros de combustível, além da apreensão de diversos materiais e equipamentos que equivalem a cerca de R\$ 1 bilhão.

Com todos os esforços, os índices de foco de garimpo ilegal foram reduzidos em mais de 89% na TI Yanomami e mais de 24 mil garimpeiros foram removidos ao longo de 2023.

Contudo, devido às dimensões das terras indígenas e ao nível de organização criminosa na região, os esforços de desintrusão e combate ao crime seguem sendo necessários e efetivamente realizados, ao mesmo tempo em que o MPI segue atuando pela redução da vulnerabilidade e insegurança alimentar a que foram submetidos os povos pela atuação ilegal dos invasores em seus territórios."

Data da notícia: **12/03/2024**

## **Título: Entre apoiadores de Bolsonaro, 39,7% não votariam em candidatos sem alinhamento ao ex-presidente**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/12/entre-apoiadores-de-bolsonaro-39-7-nao-votariam-em-candidatos-sem-alinhamento-ao-ex-presidente>

Pesquisa da Atlas Intel divulgada na última sexta-feira (8) aponta para a intensa polarização do cenário político nas eleições municipais de 2024, com 39,1% dos eleitores declarando preferência por candidatos alinhados a Jair Bolsonaro (PL) e 37,8% optando por aqueles vinculados ao presidente Lula (PT).

Os dados revelam não apenas a influência do bolsonarismo, mas também a importância do alinhamento político na escolha dos eleitores em meio a eleições historicamente mais pragmáticas.

Entre os eleitores bolsonaristas, 76% consideram o alinhamento político fundamental ao definir o voto para prefeito, e 71% para vereador. A pesquisa também abordou a possibilidade de votarem em candidatos não alinhados a Lula ou Bolsonaro, destacando a complexidade das preferências eleitorais. Simpatizantes de Bolsonaro revelaram que 39,7% não votariam em candidatos não aliados ao ex-presidente, enquanto 30,3% afirmaram que sim, desde que não alinhados a Lula, e 30% indicaram que com certeza votariam em candidatos não alinhados.

Já os apoiadores de Lula apresentaram uma dinâmica diferente, com 44,3% dispostos a votar em outros candidatos, desde que não alinhados a Bolsonaro.

A pesquisa destaca que apenas 23% dos eleitores não têm preferência por uma aliança política com Lula ou Bolsonaro, enquanto 40% se mostram disponíveis para votar em candidatos não alinhados. Ressalta-se ainda a preferência por um candidato politicamente alinhado ao centro em um possível segundo turno.

Mesmo com a derrota eleitoral em 2022 e o fracasso na tentativa golpista em 2023, o bolsonarismo segue resiliente e se movimenta de maneira estratégica para as eleições municipais deste ano. Bolsonaristas na Câmara dos Deputados, por exemplo, vem buscando indicações estratégicas para comissões relevantes, como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, visando consolidar sua influência política nas eleições de

outubro. Nikolas Ferreira (PL-MG), por exemplo, busca consolidar sua candidatura para prefeitura de Belo Horizonte e assumiu a Comissão de Educação da casa.

Vereador pelo Podemos em Pinhais, Renan Ceschin é defensor de bandeiras ligadas ao bolsonarismo e acredita que nestas eleições existirá espaço para pautas de costumes, e não apenas de serviços públicos como ocorre geralmente. "Após as eleições de 2022 eu acreditava que não teríamos tanta polarização, mas para minha surpresa sinto que nessas eleições teremos um embate parecido com a eleição passada. Vejo a Michele Bolsonaro se movimentando assim como o Jair. A direita busca se organizar nacionalmente para ter força em 2026", afirma.

Ceschin acredita que temas como "ideologia de gênero", "linguagem neutra" e "aborto" possam ter mais espaço nessas eleições. "As eleições deste ano terão pautas ideológicas. Obviamente que, em uma eleição municipal, se pensa mais em questões do cotidiano, que são obrigações do município, mas creio que nestas eleições pautas comportamentais deverão aparecer bem fortes, até porque essas discussões estão presentes nas câmaras municipais", afirma.

O parlamentar buscará usar pautas conservadoras caras à extrema-direita na educação para consolidar-se no cenário eleitoral.

Em um vídeo em suas redes sociais, o ex-presidente Jair Bolsonaro falou: "Em 2024 temos agora eleições municipais. Vamos caprichar no voto, em especial, para vereadores". Por fim, revelou o que deve ser a estratégia eleitoral da extrema direita: onde não for possível ir para a disputa com chances de eleger uma prefeitura, irão buscar eleger a maior quantidade possível de candidatos a vereador.

Mesmo com a inelegibilidade, Bolsonaro vem se movimentando em ritmo de turnê eleitoral, encontrando-se com lideranças do PL e dando uma certa "mãozinha" para a ex-primeira-dama, Michele Bolsonaro, para turbinarem palanques eleitorais. Animado pela expressiva quantidade de apoiadores que estiveram presentes na Avenida Paulista, em São Paulo, no mês passado, protestando contra sua prisão, Bolsonaro ainda mira em grandes capitais como São Paulo, onde apoiará a reeleição do atual prefeito Ricardo Nunes.

Para o presidente da Federação Brasil Esperança no Paraná, Elton Barz, o bolsonarismo buscará consolidar-se em 2024, visando chegar com força para uma provável disputa com Lula em 2026. "As eleições municipais tendem a serem eleições de temas mais locais, abrindo pouco espaço para nacionalização dos debates, mas creio que nesse ano, eles tentarão emplacar uma pauta comportamental para crescer para 2026", analisa.

Para Glauco Faria, jornalista e ex-diretor executivo do Brasil de Fato e da Revista Fórum, a tática da direita em tentar pautar o debate eleitoral pelo viés do comportamento deve ter a devida atenção dos setores progressistas. Em artigo no portal Outras Palavras, Faria analisa que o papel da esquerda nessas eleições deve ser tocar nos problemas reais das pessoas.

"O campo progressista terá que trabalhar as pautas que digam respeito aos problemas efetivos das pessoas nas cidades e prever cenários que possam surgir com as tentativas dos extremistas em acuarem os adversários", relata.

Data da notícia: **12/03/2024**

**Título: PM mata mais três e governo Tarcísio contabiliza 43 mortes em um mês na Baixada Santista**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/12/pm-mata-mais-tres-e-governo-tarcisio-contabiliza-43-mortes-em-um-mes-na-baixada-santista>

A Polícia Militar assassinou mais três pessoas em São Vicente, na Baixada Santista, no litoral do estado de São Paulo. As ações do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) na região, que ocorrem há um mês, já foram responsáveis pela morte de 43 pessoas.

Duas mortes ocorreram no bairro de Sambaiatuba, na noite desta segunda-feira (11).

A terceira aconteceu em Itararé, já na madrugada desta terça-feira (12). Vídeos divulgados pelo site Uol mostram um homem alvejado na cabeça sendo carregado por moradores do bairro. Horas depois, a população local foi protestar nas ruas do bairro e incendiou um ônibus.

Em outra incursão na Baixada Santista, policiais militares balearam Jeferson Roberto Romano, suspeito de integrar o Primeiro Comando da Capital (PCC), segundo a Secretaria de segurança Pública (SSP).

Na versão da pasta, os homens foram baleados após resistir à prisão. Os dois baleados em Sambaiatuba teriam chegado com vida ao hospital e morrido no local.

Ainda de acordo com a polícia, na ocorrência em Itararé os agentes teriam encontrado uma pistola, uma sacola com dinheiro e "grande quantidade de drogas" embaladas para venda.

O governo Tarcísio foi denunciado na última quinta-feira (8) no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) por conta da letalidade policial, especialmente na região da Baixada Santista.

Em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, no dia seguinte, o governador ironizou as denúncias. "Nossa intenção é proteger a sociedade. Nós estamos fazendo o que é correto, com muita determinação e profissionalismo (...) Sinceramente, eu tenho muita tranquilidade com relação ao que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta que eu não estou nem aí."

Para as entidades que denunciaram o governo paulista na ONU, "o Governador Tarcísio de Freitas promove atualmente uma das operações mais letais da história do Estado: a Operação Escudo, na região Baixada Santista. Há denúncias de execuções sumárias, tortura, prisões forjadas, e outras violações de direitos humanos, bem como a ausência deliberada de uso das câmeras corporais na Operação."

Data da notícia: **12/03/2024**

**Título: Órfãos da pandemia seguem sem políticas de reparação quatro anos após 1ª morte por covid no Brasil**

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://brasildefato.com.br/2024/03/12/orfaos-da-pandemia-seguem-sem-politicas-de-reparacao-quatro-anos-apos-1-morte-por-covid-no-brasil>

Nesta terça-feira (12), a primeira morte em decorrência da covid-19 registrada no Brasil completa quatro anos. A vítima foi Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, que havia sido internada um dia antes no Hospital Municipal Doutor Carmino Caricchio, em São Paulo. De

lá para cá, o país contabilizou 710 mil mortes pela doença de acordo com dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

O relatório Denúncia de Violações dos Direitos à Vida e à Saúde no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil, publicado em dezembro de 2021 pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), apontou para um problema pouco visível em relação a essas mortes: 113 mil crianças e adolescentes brasileiros perderam o pai, a mãe ou ambos para a covid-19 entre março de 2020 e abril de 2021. Nem o CNS nem o Ministério da Saúde têm dados atualizados sobre a orfandade decorrente da pandemia.

A falta de dados é apenas um exemplo da lacuna de políticas públicas voltadas para esse grupo. Elaine Gomes dos Reis Alves, psicóloga especialista em perdas, morte e luto e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Morte do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), avalia que a perda dos cuidadores é muito marcante para crianças e adolescentes.

"Nem todo mundo entendeu que se tratava de um desastre, mas existiram as mortes traumáticas, quando uma pessoa morre, entre aspas, sem precisar morrer, assim como numa guerra. Embora na guerra você leve um tiro e morra, na pandemia, as pessoas tinham um certo tempo, mesmo assim era uma morte traumática e sem despedida, não tinha velório. Para as crianças, por exemplo, isso foi muito difícil. Foi difícil porque é um desaparecimento", afirma Alves.

Ela lembra que a pandemia de covid-19 causou, em 2020, a maior redução na expectativa de vida desde a Segunda Guerra Mundial. A referência é um estudo publicado na revista científica *International Journal of Epidemiology*, da Universidade de Oxford (Reino Unido).

A psicóloga explica que é somente entre oito e dez anos que as crianças começam a entender a morte como um fato irreversível. Antes disso, a fantasia é muito utilizada para tentar elaborar o luto, principalmente quando o assunto é negligenciado pelos familiares.

Esse momento se torna mais difícil quando se trata de uma morte por covid-19. "Primeiro, porque não teve despedida. Segundo, porque pode não ter tido uma informação e um esclarecimento adequado para a criança sobre a morte, quando é entendida como um abandono. E aí a criança entende que o desaparecimento do pai ou da mãe é culpa dela, porque se a mãe foi embora sem falar tchau é porque a criança fez alguma coisa e está sendo castigada", afirma.

Alves fala sobre a importância de falar sobre a morte com as crianças para que possam vivenciar o luto da maneira mais saudável possível. "Nós temos uma dificuldade social

sobre momento de falar sobre morte para as crianças. As crianças têm direito a verdade. Elas têm direito à própria história e elas têm direito às despedidas. São roubadas da criança suas oportunidades, inclusive de passar pelo luto junto com todo mundo, quando não se fala da morte."

Em suas palavras, o luto da criança pode ser categorizado como um "luto não reconhecido", uma vez que têm dificuldade para serem ouvidas e acolhidas. "Tudo isso faz com que a criança fique muito sozinha na sua dor. As pessoas acham que as crianças não estão prestando atenção, mas a criança é muito atenta. As pessoas acham que não devem chorar na frente das crianças. Isso também não é adequado."

Um dos pontos que devem estar necessariamente no rol de políticas do poder público é a preparação dos profissionais que vão lidar diretamente com esses órfãos, como os docentes e psicólogos escolares. Por isso é necessário a disponibilização de uma rede de apoio com diversos profissionais, como assistentes sociais e profissionais da psicologia.

"Acho que o poder público tem que capacitar os profissionais para identificar as crianças enlutadas a lidarem com o luto de uma maneira normal, porque o luto é horroroso e muitas vezes insuportável, mas é necessário e saudável. É preciso passar pelo sofrimento. Um bom profissional pode ajudar essa criança a desenvolver ferramentas para lidar."

### **Vítimas se organizam**

Com o grande número de mortes ao longo desses quatro anos – o pico se deu em 8 de abril de 2021, quando foram registrados 4.249 óbitos –, familiares de vítimas da covid-19 formaram associações em busca de apoio, principalmente, psicológico. Uma delas é a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico), que surgiu em 8 de abril de 2021, cerca de um mês após a morte de Italira Falceta, de 81 anos, mãe de uma das fundadoras, Paola Falceta.

A assistente social e seu colega, Gustavo Bernardes, se reuniram e fundaram a organização com outras 17 pessoas com o objetivo de orientar o acesso a políticas sociais de saúde, assistência social e previdência. Os trabalhos são organizados em três eixos: assessoria jurídica, atendimento psicossocial e mobilização e controle social.

O eixo de mobilização e controle social envolve um trabalho político junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos âmbitos federal, estaduais e municipais, pleiteando a criação de políticas públicas de assistência multiprofissional e especializada aos sobreviventes e órfãos da covid. A assistente social defende que o Estado deve ser

responsabilizado diante do número expressivo da quantidade de mortes, uma vez que preferiu adiar a compra de imunizantes, mesmo com as doses disponíveis.

Ao longo desses anos, no entanto, Falceta afirma que pouco foi feito pelo governo federal e pelo Congresso Nacional em relação ao apoio psicossocial às vítimas e órfãos da covid. "O parlamento fez muito pouco. Em relação a apoio psicológico, nada. Absolutamente nada. A Avico fez isso durante o primeiro ano da pandemia com voluntários. Nós atendemos quase 500 pessoas do Brasil inteiro em grupo de apoio", afirma a assistente social.

"Com exceção do acesso à vacina, o cenário mudou muito pouco. Nós já temos um ano de governo Lula, com o Ministério da Saúde diferente. A gente sabe que eles enfrentaram todo um sucateamento no SUS. Mas percebo que a ação do governo federal ainda é muito tímida em relação aos atravessamentos e as consequências da pandemia de covid."

Falceta defende que a abordagem mais urgente é a assistência psicossocial, que envolve o atendimento às necessidades sociais, emocionais e de saúde mental e que demanda profissionais de diversas áreas. Esse tipo de serviço já oferecido nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), mas principalmente para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

"Tem um relato muito coletivo, que é de um luto que não vai acabar. É um luto muito diferente daquele que tu estás esperando uma pessoa morrer por uma doença. É completamente diferente para essas pessoas, que tiveram seus entes arrancadas violentamente da gente", afirma Falceta.

Um dos relatos mais comuns é sobre uma sensação de "não conseguir se encontrar para viver, como se elas tivessem um estado permanente de zumbi. 'Eu não estou vivendo, eu estou sobrevivendo'. Claro que tem algumas pessoas que já se recuperaram, mas a grande maioria ainda está assim";

"Tu viveu um luto violento de ter toda aquela questão do hospital, de saco preto, de não poder enterrar e tu não tem com quem falar. Tiveram 700 mil mortes. Essas famílias estão completamente desassistidas pelo Estado. É uma sensação de injustiça, que é muito típica de violência de Estado."

### **Projetos de lei**

Um dos projetos de lei que tramita no Congresso Nacional que diz respeito à assistência aos familiares de vítimas da covid-19, como é o caso de órfãos, é da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP). O Projeto de Lei 126/23 prevê um auxílio financeiro às crianças

e aos adolescentes órfãos, cuidado psicológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e prioridade no atendimento de serviços públicos.

O projeto de Sâmia foi incorporado a outro já existente: o PL 1437/2021, do deputado Célio Silveira (PSDB-GO), que cria o Programa Nacional de Apoio Social e Psicológico a crianças e adolescentes que se tornaram órfãos devido à pandemia causada pela covid-19 (Pronasp).

Também está incluído nesse rol o projeto das deputadas Tia Eron (Republicanos-BA) e Greyce Elias (Avante-MG), que institui o Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Órfãos de Vítimas da Covid-19 e da Violência Doméstica e Familiar (PPCOV). O texto aguarda um parecer do relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

Sâmia Bomfim analisa que a pandemia trouxe desafios que ainda não foram resolvidos ou atenuados pelo poder público.

"Foram muitos desafios para a sociedade que a pandemia da covid-19 trouxe do ponto de vista sanitário, mas também do ponto de vista humanitário. A temática, por exemplo, dos impactos na saúde mental que trouxe para os familiares que perderam parentes vitimados pela covid, mas também todo o mal-estar social gerado pelo isolamento, pela perda de renda de muitas pessoas ou de vivenciar uma situação de luto geral e coletivo são temas que ainda não tiveram a devida atenção do poder público".

"Então é fundamental mudar essa perspectiva. Completando quatro anos da chegada definitiva e fatal da covid-19 no Brasil, é preciso ter políticas de reparação e de cuidado, principalmente para crianças e adolescentes que perderam seus pais, o porto seguro, a referência e a renda e que têm uma ferida aberta para o resto de suas vidas", afirmou ao Brasil de Fato.

"Foram cerca de 113 mil crianças e adolescentes brasileiros que perderam seus pais, mães ou cuidadores de referência durante a pandemia da covid-19. E esse é um impacto que é quase impossível de ser recuperado. A perda emocional, humana, de desenvolvimento, de referência, o que significa ser órfão para essas crianças e adolescentes. Mas tem aspectos que o poder público pode e deve atuar. E é isso que propõem a nossa lei", afirmou Sâmia.

No Senado Federal, também tramitam dois projetos no mesmo sentido. Um deles é o PL 2291/2021, do senador Humberto Costa (PT-PE), que dispõe sobre a concessão de pensão especial para crianças e adolescentes órfãos. O outro, o PL 2180/ 2021, da senadora

Eliziane Gama (Cidadania-MA), que institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid-19. Ambos estão em análise nas comissões da Casa.

De acordo com Eliziane, o poder público deve garantir "dignidade aos mais de 100 mil menores que perderam pai, mãe e avós por conta da pandemia da covid. E como essa reparação tem que ser feita pelo Estado, é nesse sentido que nosso projeto de lei surgiu para formalizar esse processo".

"Nossa intenção é instituir um Fundo de amparo que banque um auxílio para essas crianças e adolescentes, cuja família não possua meios para garantir a sobrevivência. A matéria está na Comissão de Direitos Humanos do Senado sob a relatoria do nobre amigo e aliado Humberto Costa. Vamos atuar para que essa pauta, tão importante para esses órfãos da pandemia, seja abraçada por todo o conjunto de senadores", afirmou a senadora ao Brasil de Fato. "O PL de nossa autoria, que pode gerar mais de 150 milhões de reais para promover o sustento destas famílias pobres, busca recursos, entre outras fontes, na arrecadação de loterias oficiais."

Por fim, outro projeto nasceu da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, que investigou, ao longo de 2021, as ações e omissões do governo de Jair Bolsonaro (PL) no enfrentamento da pandemia. O PL 3.821/2021, que nasce de um dos pareceres da comissão, prevê a criação de uma pensão especial para crianças e adolescentes órfãos.

O Brasil de Fato questionou se o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Ministério da Cidadania têm alguma política pública que busque atender às necessidades dos menores de idade órfãos. Não houve uma resposta, no entanto.

## **Dados**

O governo federal também não tem dados consolidados de quantos menores de idade se tornaram órfãos por perderem os responsáveis legais para a covid-19 em todo o período da pandemia.

Em 2024, o Brasil registrou o maior número de casos de covid-19 do ano na oitava semana epidemiológica, entre 18 e 24 de fevereiro. Foram 69.234 casos registrados e 211 óbitos. O pico de mortes neste ano foi durante a segunda semana epidemiológica, de 7 a 13 de janeiro, com 260 falecimentos. No total, já foram calculados 310.874 casos e 1.536 óbitos entre janeiro e fevereiro, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Já em relação aos casos graves, de acordo com o último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, até a sexta semana epidemiológica (10 a 16 de fevereiro) do ano foram notificados 4.937 casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) hospitalizados, com 41% (2.020) casos com identificação do vírus respiratórios.

Destes, 64% foram em decorrência da covid-19. Em relação aos óbitos, no mesmo período, foram notificados 506 óbitos de SRAG, com 56% (283) de identificação de vírus respiratórios. Destes, 91% foram em decorrência da covid-19.

Data da notícia: **13/03/2024**

**Título: Lula libera crédito de R\$ 1 bilhão para ações na Terra Indígena Yanomami**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-libera-credito-de-r-1-bilhao-para-acoes-na-terra-indigena-yanomami/>

Uma medida provisória (MP) editada pelo presidente Lula (PT) liberou R\$ 1 bilhão em crédito extraordinário para as ações contra o garimpo ilegal e atendimento das comunidades na Terra Indígena Yanomami, em Roraima.

A MP foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira 13 e tem validade imediata, mas precisará de aval posterior do Congresso Nacional.

Segundo o governo, a medida distribui os recursos entre os seguintes ministérios:

- Povos Indígenas;
- Justiça e Segurança Pública;
- Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- Defesa; Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Pesca e Aquicultura; e
- Direitos Humanos e Cidadania

A maior parte do orçamento será destinada ao Ministério dos Povos Indígenas, com R\$ 455 milhões.

Já o Ministério da Defesa contará com R\$ 309,8 milhões, que serão usados no emprego das Forças Armadas e no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia em apoio às ações emergenciais na terra indígena.

Essas ações incluem transporte logístico e outras ações de proteção territorial. Maior área indígena do país, a terra Yanomami fica na fronteira do Brasil com a Venezuela, e conta com a presença de bases militares em seu interior.

O Ministério do Meio Ambiente receberá R\$ 107 milhões; o Ministério do Desenvolvimento Social, R\$ 75 milhões; os ministérios dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Agrário, R\$ 20 milhões, cada; e o Ministério da Pesca, R\$ 14 milhões.

### **Emergência em saúde**

A liberação do crédito ocorre duas semanas após a inauguração Casa de Governo em Roraima, órgão que coordenará as ações federais para o enfrentamento da crise humanitária na terra indígena, além de atender outras demandas, como a presença de refugiados migrantes venezuelanos no estado.

Em janeiro deste ano, pouco mais de um ano depois de o governo federal declarar emergência em saúde pública e iniciar expulsão dos invasores do território.

Um relatório de associações indígenas apontou uma desaceleração do garimpo ilegal, mas com persistência de atividades criminosas que seguem inviabilizando o atendimento de saúde das comunidades.

O número de indígenas que morreram ao longo do ano passado chegou a 363, especialmente em decorrência de desnutrição de malária, segundo números oficiais do Ministério da Saúde.

Data da notícia: **14/03/2024**

## **Título: Trabalhadores estão com medo após agressões, diz presidente do sindicato dos frentistas em Curitiba**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/14/trabalhadores-estao-com-medo-apos-agressoes-diz-presidente-do-sindicato-dos-frentistas-em-curitiba>

De uns tempos para cá, Lairson Sena, presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo e Lojas de Conveniências em Postos de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral (Sinpospetro), tem aparecido na mídia representando uma categoria jovem, que tem protestado e se movimentado.

O motivo, infelizmente, se deve a uma fratura exposta da atual sociedade polarizada: os ataques racistas e xenófobos que trabalhadores de postos de gasolina tem sofrido nos seus locais de trabalho, geralmente de madrugada.

Para além das ações no campo jurídico, Sena quer chamar a atenção da sociedade sobre a importância do frentista, que é o "cartão postal da cidade".

O Sinpospetro tem buscado dialogar com a sociedade na forma de campanhas sobre a importância desses trabalhadores, geralmente invisibilizados.

Lairson Sena nasceu na periferia de São Paulo. Como trabalhador, afirma que passou por todos os setores da base e cargos dentro do local de trabalho, e que buscou o curso de Direito, uma vez que precisava se informar "para enfrentar esses caras".

Sena ressalta a importância de um sindicato com trabalho de base cotidiano, confiança da categoria e conectado com os problemas dos mais de 10 mil filiados do sindicato. Em entrevista ao Brasil De Fato Paraná, ele elencou os desafios da categoria.

Lairson Sena: Uma campanha de conscientização da população e das autoridades, principalmente na área política. A gente vem aí conversando, dialogando.

Eu tive uma reunião agora há pouquinho para a gente tentar até uma audiência com o secretário de Segurança Pública. Mas acredito que tem que conscientizar a população.

A cidade de Curitiba não é uma cidade agressiva. A população é amorosa, acolhe trabalhadores vindos de várias partes do Brasil. O problema que vejo é que nos últimos

anos cresceu muito uma intolerância, uma arrogância, uma agressão física. Isso pode ser reflexo de alguns políticos mal intencionados.

Então, eu acho que a gente tem que combater, tem que desarmar os espíritos e temos que praticar o princípio e o valor da empatia. Já foi divulgada uma nota de repúdio a essas agressões, mas agora a gente vai trabalhar com o jornal de sindicato.

### **E como será essa campanha? E esse debate com a sociedade?**

Acredito que fazer uma campanha de divulgação mostrando que o trabalhador em postos de gasolina é o cartão postal da cidade. Ele traz total segurança para a sociedade.

Você imagina que você ou sua esposa abastecem seu veículo, seja lá, duas horas da manhã, meia-noite, dez horas da noite, dependendo do local, sem um trabalhador para poder lhe trazer comodidade, trazer segurança?

Qualquer turista, quando se perde na cidade, ele sente segurança de pedir informações no posto de gasolina. Então, eu acredito que essas agressões. [que] estão sendo recorrentes na cidade de Curitiba, são casos de pessoas intolerantes, gente covarde. A gente tem que enfrentar esse tipo de gente, tem que defender um basta para isso.

**O que a gente tem visto também em algumas outras cidades, como Porto Alegre, inclusive com algumas outras categorias, precarizadas ou não, são mobilizações e denúncias contra o racismo que os trabalhadores sofrem, fazendo com que esse eixo da luta antirracista tenha que ser fortalecido pelos sindicatos. Como é que você vê isso? Como é que vocês têm trabalhado nessa questão da luta antirracista?**

Racismo, também a xenofobia.

É complicado porque a gente tem que fazer esse enfrentamento. O cidadão de bem, a cidadã, tem que fazer esse enfrentamento contra esses intolerantes e fascistas.

Infelizmente, a nossa sociedade foi contaminada por esse tipo de gente. Vai ter que ter um basta. A gente tem que trabalhar contra o racismo, contra xenofobia e contra qualquer forma de discriminação, não só na nossa categoria, mas no geral.

O Sinpospetro tem um trabalho forte de base. Todo dia tem um equipe na rua. Então, a informação chega. O trabalhador confia na entidade sindical, mas deve haver casos por aí de outras categorias que a gente nem sabe o que acontece.

Acredito que tem que ter as autoridades políticas, principalmente aqueles políticos comprometidos com a democracia, comprometidos com o bem-estar das pessoas, com a segurança das pessoas, com a educação.

Eu acho que uma campanha educacional é importante na cidade de Curitiba. Porque você imagina os trabalhadores de fora, das outras cidades, vendo toda essa situação. O cara não vai querer vir mais pra cá.

Curitiba, uma cidade modelo. Que adianta você ter uma cidade moderna, mas ter uma visão de pessoas ignorantes, que maltratam, que te agriem no seu local de trabalho?

Acho que a gente tem que criar uma campanha educativa trazendo empatia para dentro da pessoa. Acho que esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, enfrentar o fascismo e enfrentar o terrorismo da ignorância criada por políticos que não têm comprometimento com a democracia.

**Nesses trabalhos de base para discutir essas questões, a categoria tem expressado solidariedade ao companheiro que sofre essa violência?**

Sim. Eu estava conversando com trabalhador agora mesmo. O cara estava com medo. O que pode ocasionar isto é agressão com agressão.

Então, a gente tem que conscientizá-los que a gente está trabalhando no campo da informação, de conscientizar a população de Curitiba, conscientizar a sociedade, que o frentista traz segurança, ele é o amigo do turista, ele é o amigo da sociedade.

Eu acredito que são reflexos da ignorância, da estupidez, de maus políticos que passaram nos últimos anos, aí pelo poder, inclusive pelo Congresso Nacional e pela presidência da república. Graças a Deus, mudou. Governo é outro. É um governo que zela em prol da sociedade, que luta por aqueles que mais precisam.

A gente tem que mostrar à população todo dia que a empatia é um princípio. Curitiba tem que dar um basta nisso: agressões contra seu próprio povo. É a ponta que sustenta, que traz a sustentabilidade para a cidade. Não, você tem que ter uma forma de mostrar para as pessoas que tem que ter empatia, que tem que desarmar os espíritos.

**Quer saber sua opinião, o Sinpospetro está aparecendo bastante na mídia. As ações, a sua figura, inclusive. A que você deve esse protagonismo?**

É um sindicato novo, formado em 2010. Ele tem que 15 anos de vida. É o caçula entre os sindicatos na cidade de Curitiba, diferente de metalúrgicos, comerciários, que têm décadas.

Dizem que vassoura nova quando nasce ela varre melhor [risos]. Brincadeira. Mas eu acho que a gente tem um trabalho bem forte em defesa da categoria já há um bom tempo.

Já fizemos movimento paredista de greve. Já apareceu [em] muita greve nacional. Teve um tempo atrás fomos à Brasília lutar contra o Michel Temer com aquela 'deforma trabalhista' criada. Lutamos para não ter a cassação da presidenta Dilma, presidente honesta. Sempre estivemos na linha de frente.

Agora, a gente está ali mais na mídia devido essas agressões que vêm aparecendo contra os trabalhadores.

**Caso isso continue pode haver ações mais radicalizadas no sentido da mobilização, no sentido até paredista mesmo?**

A categoria dificilmente faz o movimento paredista porque ela é pulverizada. Cada esquina tem um posto, um CNPJ diferente, um patrão diferente. Então ela é bem dispersa dentro da cidade.

Pode realizar no futuro um manifesto. Antes, fazemos trabalho de conscientização, procuramos os órgãos públicos e tentamos, dentro do diálogo, pelo menos trazer alguma política de segurança pública para a categoria.

Greve, eu acredito que pela dificuldade de ser pulverizada, é mais difícil, mas nada impede da gente faça lá no futuro. Eu acho que seria em último caso.

Data da notícia: **14/03/2024**

**Título: Ato político marca os 6 anos do assassinato de Marielle e Anderson no Rio de Janeiro**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/14/ato-politico-marca-os-6-anos-do-assassinato-de-marielle-e-anderson-no-rio-de-janeiro>

Para marcar os seis anos do assassinato de Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, parlamentares da bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e

representantes da sociedade civil realizaram um ato em frente à Câmara Municipal, na Cinelândia, centro do Rio, nesta quarta-feira (14).

A manifestação foi liderada pela vereadora e viúva de Marielle, Mônica Benício (PSOL). A parlamentar fez um discurso em que denunciou a falta de justiça para o crime após seis anos. Benício exigiu também dignidade para as favelas e periferias, pessoas negras e LGBTQTs. A fala da vereadora foi repetida em jogral pelos manifestantes presentes.

“Além da tristeza, ainda permanece a indignação de chegar ao marco de seis anos de um assassinato como esse sem essa resposta, é dizer que esse tipo de violência ainda é aceito na nossa sociedade com outras Marielles”, disse Mônica à Agência Brasil.

O deputado federal Henrique Vieira (Psol-RJ) estava presente no ato e afirmou também que a bancada de seu partido quer se reunir, em breve, com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para receber atualizações sobre as investigações.

“Desde o ano passado, com o [então ministro da Justiça] Flávio Dino, sentimos mais confiança no processo de investigação. Nos últimos meses, percebemos alguns avanços importantes, o que aumenta nossa confiança de que vamos saber quem e por quê”, disse Vieira.

Data da notícia: **14/03/2024**

**Título: Jornada do Movimento dos Atingidos por Barragens cobra implementação de política já sancionada**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/15/jornada-do-movimento-dos-atingidos-por-barragens-cobra-implementacao-de-politica-ja-sancionada>

Entre 12 e 14 de março, Brasília sediou encontros e atos organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para pressionar pela efetivação de novas práticas que façam frente ao poder de indústrias beneficiárias de barragens, especialmente a mineral. Algumas medidas defendidas já estão previstas na nova lei 14.755, sancionada pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em novembro passado, e aguardam arranjos interministeriais; outras, já vislumbram um passo a mais no debate.

Em ato dentro do Congresso Nacional, na tarde do dia 12, deputados federais que apoiam as vítimas de grandes empreendimentos e empresas beneficiárias de barragens em todo país marcaram presença para fazer coro e exigir que o processo ande. É justamente o pedido da campanha do MAB sob o lema "É tempo de Avançar", que também promoveu atos em outros 8 estados em alusão ao 14 de março, Dia Internacional de Luta em Defesa dos Rios, Contra as Barragens, Pela Água e Pela Vida.

Deputados como Célia Xakriabá (PSOL-MG) e os petistas Josias Gomes, Airton Faleiro, Padre João e Bohn Gass exaltaram o marco legal que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), mas também fizeram cobranças. "A nossa tarefa aqui do Congresso é pressionar o governo para que seja mais nossa e que honre de fato o que nós votamos aqui", apontou o parlamentar mineiro Padre João.

Moisés Borges, da coordenação nacional do MAB, defendeu a visão estratégica da jornada para amadurecer o arcabouço sobre o tema, sob o risco de atrapalhar uma luta de 33 anos, que se mistura à própria origem do movimento. "Há todo um caminho a ser percorrido. Por isso, a nossa insistência agora não é ter uma regulamentação já essa semana, sob o risco de ela esvaziar a própria lei e atender a interesses empresariais. Uma lei que é tão importante para nós e que a gente vem batalhando há mais de 30 anos", enfatizou.

Os rompimentos das barragens de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019, cujos impactos ambientais e sociais são sentidos até hoje, se tornaram símbolos da impunidade das empresas responsáveis. Para o deputado João, tratam-se de dois crimes ambientais que, embora tenham ajudado a sensibilizar o Congresso Nacional, ainda não tiveram desfechos favoráveis e continuam sendo reproduzidos. "Por isso é preciso detalhar as tarefas de cada órgão, garantir um fundo com recursos, e como será encaminhado o dia a dia das resoluções de conflitos", defende.

Uma das resoluções da PNAB é a criação de um órgão colegiado tripartite, a ser formado entre governos, empreendedores e sociedade civil. Para assegurar os direitos das populações atingidas por barragens e promover práticas socialmente sustentáveis em empreendimentos com barragens, também está prevista a criação de um fundo. Ele seria custeado pelos empreendedores, privados ou públicos, e administrado pelo órgão colegiado.

De acordo com Borges, além de agilizar ressarcimentos e auxílios emergenciais, uma queixa histórica em todas as regiões do país, a medida também impõem avanços na negociação de direitos fundiários. "A garantia dos acordos coletivos, não a negociação individual, a questão dos reassentamentos como ordem de prioridade, ao invés de uma indenização por compra de terra ou por compra de casa. Assim, você garante a reprodução de vida, garantido a manutenção de territórios", pontua.

### **Rompimento de barragens inaugurou nova fase de lutas**

Pelo peso simbólico e ineditismo, além das 291 mortes somadas, os desastres de Mariana e Brumadinho também acrescentaram uma nova frente de luta ao MAB e outros movimentos sociais parceiros. Passou-se a prestar mais atenção aos atingidos por rompimentos ou que vivem em locais de risco extremo, visto que no início a luta se restringia aos efeitos das construções das barragens, frequentemente ligada à inundação de imensos territórios habitados ou conservados pelas populações locais.

Por ocorrer sem aviso prévio e por ter consequências difíceis de calcular, os rompimentos acabam sendo mais impactantes e midiáticos. Mesmo assim, a justiça costuma ser ineficiente para impor sanções às empresas responsáveis, que por sua vez também recorrem a artifícios para arrastar o problema sem amparar atingidos e desabrigados. Em janeiro deste ano, as mineradoras Vale, BHP e Samarco foram condenadas a pagar R\$ 47,6 bilhões pelo crime em Mariana, e mesmo assim o MAB calcula que o valor deveria ser pelo menos 10 vezes maior.

Outro crime com contornos semelhantes tem ocorrido em Maceió, em uma das regiões que já foi e deveria continuar a ser uma das mais valorizadas da capital alagoense. No fim de 2023, vários bairros foram interditados após o afundamento de uma mina de sal-gema da Braskem, que funcionava há mais de três décadas de forma silenciosa sob os pés de milhares de famílias.

Maurício da Silva, do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem, trouxe seu relato sobre a situação em bairros como Flechais, Quebrados, Marquês de Abrantes e Bom Parto. "Hoje, essas comunidades estão vivendo o total isolamento socioeconômico de Maceió, estão apartadas de todo o resto. A Braskem, conseguiu fazer isso com Maceió. Então é muito difícil você viver dentro de uma comunidade onde você cresceu, em uma comunidade viva e ver ela morrer da forma que ela se encontra hoje", lamenta.

Mesmo que não tenha sido a causa direta das inundações que ocorreram em setembro e depois em novembro, no Vale do Taquari (RS), as barragens também são um fator de risco.

Margareth Augustine, moradora de Roca Sales, uma das cidades mais afetadas na região junto de Lajeado e Arroio, relembrou a falta de amparo das autoridades locais e do apoio recebido por organizações da sociedade civil. "Só na nossa cidade, que é uma cidade de 11 mil habitantes, 16 mortos. Deu 52 no Vale do Taquari. Até hoje nós não temos a ajuda do poder público, nem do município, nem do estado", afirma.

Algumas alterações foram feitas no texto original da lei da PNAB até sua aprovação. Um trecho vetado por Lula após acordo estimava os valores a serem pagos para trabalhadores afetados, que poderiam chegar a 50 vezes o salário mínimo em casos gravíssimos. Outro trecho excluído previa assegurar os trabalhadores dos empreendimentos, vítimas frequentes e cujas mortes costumam ser invisibilizadas ou subdimensionadas.

Por outro lado, entrou um artigo que acrescenta direitos específicos para os atingidos que utilizam a terra em regime de economia familiar ou para produção sustentável. "Uma coisa que a gente percebia muito nos territórios e que ainda não se alterou: quando a barragem chega, ela expulsa essas populações que ali já residiram. E aí, ao sair, o que vem é o agronegócio, vem os projetos de irrigação, o turismo, e aqueles que eram povos originários já não tem mais direitos sobre seu próprio território. Então isso também a lei, ela já dá outra dinâmica", salienta Borges.

A noção de soberania popular sobre territórios, integrada ao uso consciente e sustentável das suas riquezas, também é defendida por José Sobreiro Filho, professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. "O olhar para uma agricultura sustentável como os povos atingidos e as atingidas têm proposto para a gente, sobretudo com o MAB, é algo fundamental. É uma saída que valoriza os saberes tradicionais ao passo em que propõe uma alternativa aos modelos predatórios postos na atualidade", defende.

Data da notícia: **14/03/2024**

**Título: No Rio, plataforma gratuita reúne oportunidades de trabalho para egressos do sistema prisional**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link

da

notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/15/no-rio-plataforma-gratuita-reune-oportunidades-de-trabalho-para-egressos-do-sistema-prisional>

Uma iniciativa que reúne acesso a diversos serviços para pessoas privadas de liberdade e egressos, assim como para os seus familiares, foi lançada na Câmara Municipal do Rio na última terça-feira (13). No site Comunicárcere é possível encontrar orientações sobre como acessar o auxílio-reclusão, a Ouvidoria da Defensoria Pública, e até localizar alguém privado de liberdade, o que para algumas famílias não é um direito garantido.

A plataforma nasce da vivência de egressos que ficaram meses sem contato com a sua família. Esse é o caso do cearense Jota Carvalho Junior, de 31 anos, que ficou por mais de cinco meses detido em um presídio federal no Rio de Janeiro, sem contato com a família que precisou contratar um advogado para encontrá-lo.

"Foi muito doloroso para minha família descobrir onde eu estava. E mais ainda para descobrir em qual local eu estava. Quando idealizei a plataforma foi para que ninguém mais passasse por isso", afirmou o ativista Jota, integrante da ONG EuSouEu, que trata da pauta prisional a partir da ótica de quem viveu o cárcere.

A plataforma foi criada para conectar e facilitar o acesso da família do recluso aos órgãos de atendimento social. Além disso, reúne oportunidades de emprego, atendimento psicológico e cursos de capacitação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

O Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), do Ministério da Justiça, aponta que o Brasil possuía em 2023 uma população prisional 649 mil pessoas privadas de liberdade em todos os regimes. No estado do Rio, cerca de 47 mil pessoas estão em unidades prisionais, sendo 16 mil em regime fechado.

Para a vereadora da capital Monica Cunha (PSOL), é necessário garantir dignidade à população carcerária e egressa, que em sua maioria é negra e enfrenta, além das violações de direitos do sistema, a dificuldade de reinserção após o cumprimento da pena.

"Racializar o sistema prisional no Brasil é mais uma vez nos perguntar: quais são os corpos que ocupam esse lugar sucateado e de aprisionamento? É preciso que levem direitos e dignidade a pessoas egressas do sistema prisional e do socioeducativo. É necessário promover esperança para se espantar o preconceito", afirmou Cunha, que é vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Data da notícia: **14/03/2024**

**Título: Centrais criticam ação de patronais contra Lei da Igualdade Salarial: 'querem manter misoginia'**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/15/centrais-criticam-acao-de-patronais-contr-ra-lei-da-igualdade-salarial-querem-manter-misoginia>

As maiores centrais sindicais do país se uniram para criticar ação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedir a suspensão de efeitos da lei 14.611/2023. A norma ficou conhecida como "Lei da Igualdade Salarial" e determina a divulgação de relatórios sobre os salários de homens e mulheres, a fim de expor e corrigir eventuais desigualdades.

"A referida lei é fruto de uma demanda histórica não apenas do movimento feminista, mas de todo o movimento dos trabalhadores, que, por princípio, luta por igualdade e justiça em todos os aspectos da sociedade. Além disso, é importante ressaltar que não se trata de um projeto de um governo ou de uma parcela da sociedade, mas que foi aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional, com apoio de partidos de diferentes orientações políticas", destaca o texto.

A nota conjunta, intitulada Patrões querem manter misoginia contra trabalhadoras, é assinada por seis centrais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). Confira a íntegra do documento clicando aqui.

As centrais que assinam o documento afirmam repudiar a atitude da CNI e da CNC, que foram ao Supremo solicitar a suspensão imediata do trecho da Lei de Igualdade Salarial que prevê a obrigatoriedade da divulgação dos relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios das empresas nos sites e redes sociais das próprias companhias.

"As entidades patronais, que representam empresas que frequentemente fazem propaganda de como apoiam a igualdade e o respeito às mulheres, argumentaram na ação de que a lei desconsidera casos em que a diferença salarial é, sim, justificada. Levando-se em consideração de que a Lei da Igualdade Salarial deixa claro que os salários devem ser iguais para pessoas que desempenham a mesma função e cumprem a mesma carga horária, fica claro o absurdo do argumento, uma vez que nada justificaria tal diferença a não ser, justamente, a questão de gênero", prossegue a nota.

No documento, as centrais afirmam que esperam uma mudança de postura das entidades patronais. "Esperamos que a CNI e CNC retirem a ADI junto ao STF e, além disso, conscientizem-se de fato da importância de haver igualdade salarial e de oportunidades para as mulheres do Brasil", afirmam.

### **Legislação amplia multas e exige critérios claros**

A nova lei aumenta em até dez vezes a multa nos casos em que a mulher receber menos do que o homem fazendo a mesma função, elevada ao dobro em caso de reincidência. Atualmente, a multa máxima é de R\$ 4 mil. Além disso, o texto prevê indenização por danos morais em situações de discriminação por sexo, raça, etnia, origem ou idade. Antes da aplicação das penalidades, porém, a legislação prevê um prazo para as empresas adotarem um plano de mitigação de desigualdades salariais. Caso esse plano não seja implementado ou as irregularidades persistam, as empresas poderão ser punidas.

Na ação no STF, CNI e CNC apontam vários da legislação que consideram inconstitucionais, como o que trata especificamente da divulgação dos relatórios. Quatro meses após a promulgação da lei, as entidades apontam agora argumentos como "segredo comercial" e "preservação de dados pessoais" para evitar terem seus critérios remuneratórios expostos.

Segundo o governo federal, porém, os relatórios de transparência salarial, cujos modelos já foram apresentados às empresas, não vão tornar públicos dados pessoais nem identificar os funcionários das empresas. Em texto explicativo do site do Ministério das Mulheres, no entanto, o governo afirma que as situações de discriminação salarial podem ser constatada por vários meios possíveis, "sejam documentais ou por meio de inspeção no local de trabalho e conversa com os trabalhadores e com os empregadores".

Data da notícia: **15/03/2024**

**Título: Castro cria o Dia de Luta Jovem Preto Vivo, em homenagem a João Pedro, assassinado em São Gonçalo**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/politica/castro-cria-o-dia-de-luta-jovem-preto-vivo-em-homenagem-a-joao-pedro-assassinado-em-sao-goncalo/16/>

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL) instituiu o dia 18 de maio como o Dia de Luta Jovem Preto Vivo – João Pedro Mattos, em homenagem ao adolescente morto em maio de 2020, durante uma operação conjunta da Polícia Federal e Polícia Civil, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio.

O decreto com a criação da data foi publicado no Diário oficial da quarta-feira 13.

A lei prevê que, durante todo o mês de maio, o estado promova eventos e debates sobre racismo, encarceramento e genocídio sofrido pela juventude negra e periférica.

O adolescente de 14 anos à época, estava dentro de casa quando foi atingido por um tiro de fuzil pelas costas. Segundo as investigações, o disparo partiu da arma de um dos policiais acusados e a cena do crime foi alterada para forjar um suposto confronto com criminosos.

Segundo as investigações, o tiro de fuzil que atingiu o adolescente pelas costas partiu da arma de um dos policiais acusados e a cena do crime foi alterada pelos dois réus com a intenção de criar vestígios de confronto com criminosos.

Em janeiro deste ano, o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu que os policiais acusados sejam levados a Júri Popular. Mauro José Gonçalves, Maxwell Gomes Pereira e Fernando de Brito Meister são réus por homicídio doloso e fraude processual.

Data da notícia: **17/03/2024**

## **Título: Governo federal anuncia R\$ 344 milhões para reconstrução de cidades gaúchas atingidas pelas enchentes**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/17/governo-federal-anuncia-r-344-milhoes-para-reconstrucao-de-cidades-gauchas-atingidas-pelas-enchentes>

A agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Rio Grande do Sul, nesta sexta-feira (15), encerrou com o anúncio de R\$ 344,6 milhões em obras de infraestrutura e residências, que vão beneficiar principalmente municípios atingidos pelas enchentes em 2023. Pelo programa Minha Casa, Minha Vida Calamidades, serão construídas 857 novas moradias em 13 municípios gaúchos.

As moradias vão custar R\$ 209 milhões e serão construídas em Muçum, Roca Sales, Estrela, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Venâncio Aires, Colinas, Santa Teresa, Novo Hamburgo, Eldorado do Sul, Montenegro, Pelotas e Rio Grande. As obras de infraestrutura, que vão reconstruir pontes e trechos de estradas afetados, terão um custo de R\$ 135 milhões e serão realizadas em 12 municípios, grande parte deles no Vale do Taquari, região mais impactada pelas enchentes de 2023.

O anúncio foi feito à tarde, durante visita a Lajeado, no Vale do Taquari, em encontro realizado no auditório da Universidade do Vale do Taquari (Univates). O presidente estava acompanhado de uma comitiva composta pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e pelos ministros Rui Costa, da Casa Civil; Waldez Góes, da Integração e Desenvolvimento Regional; Jader Filho, das Cidades; Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação da Presidência.

### **"Eu sei o sofrimento que é ver as coisas irem embora"**

Em seu discurso, Lula se emocionou ao lembrar das vítimas dos temporais e disse que sua ida ao Vale do Taquari é um gesto de solidariedade. "Já morei em lugares onde entrou um metro e meio de água na minha casa, eu sei o estrago que faz a água dentro da casa da gente. Eu sei o sofrimento que é ver as coisas irem embora dentro de casa, a árvore que vocês plantaram, os animais que vocês criaram indo embora, e a gente sem saber o que fazer diante da raiva com a força da natureza", lembrou.

O ministro Paulo Pimenta fez um relato das ações emergenciais do governo federal desde o início das enchentes. Desde setembro de 2023, foram destinados R\$ 232 milhões em

resposta às chuvas intensas, dos quais R\$ 119,3 milhões foram para o Vale do Taquari, com R\$ 88,3 milhões aos municípios e R\$ 26,9 milhões ao estado. Também foram enviados ao estado aeronaves, botes, caminhões pipa, ambulâncias, retroescavadeiras, tratores e viaturas, além de materiais e equipamentos de engenharia, geradores e barracas.

“Vi pessoas chorando com suas casas perdidas, o desespero das pessoas procurando gente desaparecida sem saber o que tinha acontecido. Mais uma vez a vida nos mostrou que com solidariedade, determinação e tendo governos com sensibilidade social nós somos fortes o suficiente para dar a volta por cima e recomeçar”, disse Pimenta.

### **União de esforços**

Presente no evento, o governador Eduardo Leite (PSDB) recebeu algumas vaias ao ser chamado a falar. Iniciou seu discurso pedindo união e disse que não era momento de diferenças partidárias. Ele recordou que nos últimos anos, em meio à pandemia de covid-19, o ex-presidente Jair Bolsonaro dividiu o país.

Leite agradeceu pelo apoio do governo federal, que horas após o início das enchentes se solidarizou e se mobilizou para trabalhar e articular a destinação dos recursos disponibilizados. “Temos dois desafios na máquina pública, um é ter o dinheiro, e foi disponibilizado. O segundo é poder executar o recurso, porque dinheiro público não é dinheiro privado que pode sair contratando a cada na esquina, tem uma burocracia, e essa burocracia, para ser liberada, precisa de uma comunhão de esforços”, disse.

### **“Enchentes podem passar, mas a dor fica”**

O Movimento dos Atingidos por Barragens, que tem atuado no apoio às vítimas das enchentes, se mobilizou para participar do ato. A coordenadora do movimento na região e moradora de Roca Sales atingida pelas chuvas, Raquel Vargas, falou em nome dos atingidos. Disse que “as enchentes podem passar, mas a dor fica no mesmo lugar”, e agradeceu ao governo federal e ao presidente Lula pelo apoio à região.

Raquel lembrou que o presidente Lula sancionou, em dezembro de 2023, a lei que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab). “Lei nacional que garante o direito dos atingidos e atingidas, num gesto de extrema generosidade e compromisso, e por isso somos imensamente gratas ao presidente Lula”, afirmou. Ela cobrou que a lei seja aplicada para garantir os direitos frente ao aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos.

Data da notícia: **18/03/2024**

**Título: MPF aciona Justiça e pede responsabilização de 42 ex-agentes da ditadura por mortes e torturas**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/18/mpf-aciona-justica-e-pede-responsabilizacao-de-42-ex-agentes-da-ditadura-por-mortes-e-torturas>

O Ministério Público Federal (MPF) acionou a Justiça e pediu que seja declarada responsabilidade de 42 ex-agentes públicos por mortes, desaparecimentos e torturas durante a ditadura militar no Brasil. A lista tem 26 pessoas que foram integrantes do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) — um dos principais centros de tortura no período ditatorial — e 16 ex-servidores do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo.

Os agentes citados na ação, muitos deles já mortos, foram identificados após investigações do MPF sobre o DOI-Codi e ainda não tinham sido alvos de processos judiciais na esfera cível. O IML foi incluído pois teve intensa e frequente colaboração com o aparelho repressivo, produzindo laudos falsos, especialmente na década de 1970. Um dos casos mais emblemáticos é o do jornalista Vladimir Herzog, morto em 1973.

Caso a responsabilização das pessoas citadas seja reconhecida, haveria, enfim, a chancela jurídica de que os réus tiveram participação em assassinatos, desaparecimentos, sequestros e episódios de tortura que envolveram 19 militantes políticos que faziam oposição ao regime.

"As requisições fazem parte de uma ação civil pública que tem o objetivo de promover, além da responsabilização pessoal dos ex-agentes, uma série de medidas de reparação, preservação da memória e esclarecimento da verdade sobre o período da ditadura. O Brasil tem obrigação constitucional e internacional de implementar essas providências para afastar a impunidade das violações cometidas entre 1964 e 1985 e impedir a repetição de atos autoritários que atentem contra os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito", destacou o MPF.

A União e o Estado de São Paulo também foram incluídos como réus na ação. Para o MPF, houve omissão em relação a investigações e responsabilizações, e os governos deveriam abrir arquivos e acervos sobre o período, além de oferecer espaços de memória para relatar as violações de direitos no período.

Um dos pedidos do MPF na ação é para que os réus sejam condenados a ressarcir os danos causados à sociedade e ao Estado brasileiro, que pagou indenizações às famílias das vítimas, em valores que, segundo o Ministério Público, passam de R\$ 2,1 milhões. É solicitado que os réus ainda vivos percam seus cargos públicos atuais ou tenham aposentadorias canceladas. No caso dos que já morreram, as reparações financeiras seriam cumpridas por herdeiros.

Ao apresentar ação, o Ministério Público Federal lembra que os episódios citados são considerados crimes contra a humanidade e, por isso, não há hipótese de prescrição ou anistia.

Data da notícia: **19/03/2024**

**Título: Polícia Federal indícia Jair Bolsonaro e Mauro Cid por fraude em carteiras da vacinação**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/19/policia-federal-indicia-jair-bolsonaro-e-mauro-cid-por-fraude-em-carteiras-da-vacinacao>

A Polícia Federal (PF) indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-ajudante de ordens Mauro Cid pelos crimes de associação criminosa e falsificação de dados em sistemas de informação oficiais. O indiciamento se refere ao suposto esquema de inserção de informações falsas em carteiras de vacinação contra a covid-19.

De acordo com a PF, carteiras de vacinação de parentes do ex-presidente teriam sido fraudadas para a inserção de doses de covid-19, como a de sua filha, Laura Bolsonaro, de 12 anos. A inclusão teria sido feita entre novembro de 2021 e dezembro de 2022, no

Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) e Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) do Ministério da Saúde.

“A apuração indica que o objetivo do grupo [o de não se vacinar] seria manter coeso o elemento identitário em relação a suas pautas ideológicas, no caso, sustentar o discurso voltado aos ataques à vacinação contra a covid-19”, informou a PF.

O crime de associação criminosa prevê pena de um a três anos de prisão. Já o de inserção de dados falsos em sistema de informações, de dois a 12 anos. Agora, cabe ao Ministério Público Federal (MPF) decidir se arquivava ou envia a denúncia para a Justiça.

Além de Bolsonaro e Mauro Cid, outras 15 pessoas foram indiciadas pelos mesmos crimes:

Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da República;

Mauro Barbosa Cid, coronel do Exército e ex-ajudante de ordens da Presidência da República;

Gabriela Santiago Cid, esposa da Mauro Cid;

Gutemberg Reis de Oliveira, deputado federal (MDB-RJ);

Luis Marcos dos Reis, sargento do Exército que integrava a equipe de Mauro Cid;

Farley Vinicius Alcântara, médico que teria emitido cartão falso de vacina para a família de Cid;

Eduardo Crespo Alves, militar;

Paulo Sérgio da Costa Ferreira

Ailton Gonçalves Barros, ex-major do Exército;

Marcelo Fernandes Holanda;

Camila Paulino Alves Soares, enfermeira da prefeitura de Duque de Caxias;

João Carlos de Sousa Brecha, então secretário de Governo de Duque de Caxias;

Marcelo Costa Câmara, assessor especial de Bolsonaro;

Max Guilherme Machado de Moura, assessor e segurança de Bolsonaro;

Sergio Rocha Cordeiro, assessor e segurança de Bolsonaro;

Cláudia Helena Acosta Rodrigues da Silva, servidora de Duque de Caxias;

Célia Serrano da Silva.

Data da notícia: **20/03/2024**

**Título: Câmara dos Deputados aprova texto-base do Novo Ensino Médio**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-texto-base-do-novo-ensino-medio/>

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira 20, em votação simbólica, o texto-base do projeto de lei do Novo Ensino Médio.

O Plenário rejeitou todos os destaques apresentados pelos partidos na tentativa de mudar trechos do texto e o projeto agora vai ao Senado.

Uma das principais vitórias do governo é a manutenção das 3.000 horas de ensino ao longo do ensino médio, sendo:

- 2.400 horas de formação geral básica para curso regular e outras 600 horas para os itinerários formativos;
- 1.800 horas de formação geral básica para curso técnico e outras 1.200 específicas para curso técnico

No caso do curso regular, para completar a carga total nos três anos, os alunos terão de escolher uma área para aprofundar os estudos, escolhendo um dos seguintes itinerários formativos:

- linguagens e suas tecnologias;
- matemática e suas tecnologias;
- ciências da natureza e suas tecnologias; ou
- ciências humanas e sociais aplicadas.

O ministro da Educação, Camilo Santana, acompanhou a votação da proposta e disse que o diálogo garantiu o retorno das 2.400 horas de formação geral básica, a essência do projeto, segundo ele.

“Garantimos a formação geral básica boa, retomando a carga horária, e também garantimos o ensino técnico profissionalizante, que é o que queremos avançar no Brasil”, disse.

Ele afirmou que, durante a consulta pública feita pelo Ministério da Educação em 2023, 80% dos estudantes defenderam o ensino técnico profissionalizante integrado com o ensino médio.

O projeto aprovado é uma alternativa à reforma do ensino médio estabelecida em 2017, que previa 1,8 mil horas para a formação básica, com 1,2 mil para os itinerários formativos, que são as disciplinas que o aluno escolhe para se aprofundar a partir do que lhe é ofertado. O governo atual enviou uma nova proposta ao Parlamento, estabelecendo a formação básica mínima de 2,4 mil horas.

O substitutivo aprovado mantém como opcional a oferta da língua espanhola. Também mantém a possibilidade de contratar profissionais com notório saber, sem formação em licenciatura, para disciplinas do itinerário técnico profissionalizante.

### **Críticas**

Alguns parlamentares criticaram pontos do projeto aprovado, como a possibilidade da atuação de profissionais com notório saber na formação profissional e técnica e a carga horária menor para o ensino técnico.

O deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ) disse que o estabelecimento de 1,8 mil horas para o ensino técnico vai resultar na precarização dessa modalidade. “Teremos dois ensinos médios, um da formação geral que poderá ser integral, e outro da formação técnica, que será precarizada, porque essa será para pobre”, criticou.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) também criticou a regra que diz que a oferta de formação técnica e profissional poderá ser feita mediante cooperação técnica entre as secretarias de educação e as instituições credenciadas, preferencialmente públicas.

“Na prática, isso significa que eles vão preferir fazer com a rede privada. e a gente sabe quais são os setores que fazem lobby desde a aprovação do novo ensino médio”, disse.

Data da notícia: **22/03/2024**

## **Título: IBGE: 1 a cada 4 mulheres brasileiras não estudava e nem tinha trabalho formal em 2023**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge-1-a-cada-4-mulheres-brasileiras-nao-estudava-e-nem-tinha-trabalho-formal-em-2023/>

Mulheres e pessoas pretas ou pardas compõem a maioria do grupo de jovens brasileiros de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham.

É o que mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada nesta sexta-feira 22, pelo IBGE.

**Ao todo, 9,6 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos não estudavam nem trabalhavam em 2023.**

O que significa, em média, 19,8% dos brasileiros nesse cenário. Entre os homens, a proporção era de 14,2%, enquanto para as mulheres salta para 25,6%

Ao considerarmos o recorte racial, entre os brasileiros pretos ou pardos, é de 22,4%, enquanto entre as pessoas brancas, a fatia é de 15,8%.

Por faixa etária, os mais atingidos são os jovens de 18 e 24 anos, 24% deles não estudam e nem trabalham. Em seguida, os brasileiros de 25 a 29 anos (22,3%) e por fim os jovens entre 15 e 17 anos (5,1%).

### **Escolarização**

Entre o grupo mais afetado, a taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos foi de 30,5%. Levando em conta, a idade-série recomendada pelo Plano Nacional de Educação, os brasileiros a partir dos 18 anos já teriam concluído o Ensino Médio.

- 65,2%, a maioria, não frequentava nenhuma instituição de ensino;
- 21,6% frequentavam cursos da educação superior;
- 8,9% estavam na educação básica;
- 4,3% com o ensino superior completo.

No entanto, segundo o levantamento, pelo menos 9 milhões de jovens brasileiros de 14 a 29 anos não completaram o Ensino Médio. A taxa de desistência é maior entre pessoas pretas e pardas, onde 71,6% estão com ensino incompleto, e 58,1% entre os homens.

As mulheres somam 41,9% e os brancos, 27,4%.

A maioria, 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos abandonaram a escola pela necessidade de trabalhar. Para as mulheres, a gravidez vem como o segundo motivo para interromper os estudos, com 23,1%.

“O grande marco da mudança foi a idade de 15 anos que, em geral, é a idade de entrada no ensino médio. Nessa idade, o percentual de jovens que abandonaram a escola (12,6%) quase duplicou frente aos 14 anos de idade (6,6%)”, destaca Adriana Beringuy, coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE.

O trabalho também foi elencado como motivo entre os jovens que conseguiram concluir o ensino médio completo, mas que tem o superior incompleto. Apenas 15,4% já tinham concluído o nível de estudo desejado. Por raça, 70,6% dos jovens que deixaram os estudos sem concluir o ensino superior são pretos e pardos.

Neste grupo, a pesquisa elenca o seguinte cenário:

- 47,2% não estudavam no ano passado porque precisavam trabalhar;
- 11,3% não tinham interesse em ingressar em curso superior;
- 9,8% não tinham dinheiro para pagar as despesas;
- 6,9% tinham que realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas;
- 4% alegaram outros motivos;
- 2,9% não tinham escola na localidade, vaga, o curso de interesse ou o turno desejado e;
- 2,5% decidiram estudar para concurso ou vestibular.

Data da notícia: **23/03/2024**

**Título: Movimentos populares saem às ruas em SP por 'ditadura nunca mais' e contra anistia a golpistas de 8 de janeiro**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/23/movimentos-populares-saem-as-ruas-e-m-sp-por-ditadura-nunca-mais-e-contra-anistia-a-golpistas-de-8-de-janeiro>

Mesmo sob chuva, os movimentos populares saíram às ruas, neste sábado (23), em São Paulo, para dizer "Ditadura nunca mais" e pedir punição aos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O ato convocado pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, sindicatos e partidos do campo progressistas reuniu cerca de cinco mil pessoas no Largo São Francisco.

"Nós temos que relembrar o golpe de 1964 e os 21 anos de ditadura. Até porque, no dia 8 de janeiro de 2023, houve uma tentativa de dar um golpe militar, comandada por Jair Bolsonaro", disse José Dirceu, ex-deputado federal e ex-presidente do PT, em vídeo publicado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ele recordou que, antes de 1964, o Brasil se deparou com outras tentativas golpistas ao longo dos anos 1950 e que, por isso, é importante sempre se manter alerta.

"É necessário sempre relembrar aqueles que caíram no tanque da ditadura, relembrar os crimes da ditadura. Relembrar que sem democracia o povo não tem voz", concluiu.

No ato, os manifestantes também pediram paz e denunciaram o massacre contra o povo palestino praticado por Israel. Houve, ainda, manifestações contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Cibele Vieira, diretora da Federação Única dos Petroleiros (FUP), em São Paulo, compareceu ao ato e reforçou a mensagem de "ditadura nunca mais" às vésperas dos 60 anos do golpe militar.

"Não é possível que sessenta anos depois a gente esteja assistindo a um processo sem uma força consistente que diga 'sem anistia'. A população está nas ruas para falar que não vai aguentar que haja uma tentativa frustrada - ainda bem - de golpe militar, sem que as pessoas sejam definitivamente punidas", apontou.

A professora Brazilia Botelho se somou ao coro dos manifestantes para defender a democracia e pedir a punição aos golpistas

"Eu estou aqui no Largo São Francisco para defender a democracia. Além disso, a gente está aqui para defender os direitos do palestinos", explicou. Desde o início do conflito na região, as forças de Israel já mataram mais de 30 mil civis, sendo a maioria de mulheres e crianças, além de diversas violações de direitos.

Todas as regiões do país registraram mobilizações. Grande parte delas aconteceu pela manhã, em cidades como Maceió (AL), Vitória (ES), Campo Grande (MS), Belém (PA), Aracaju (SE) Recife (PE), São Luís (MA), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Curitiba

(PR), Goiânia (GO) e Lisboa, em Portugal. Além de São Paulo, Porto Alegre também registrou mobilização no período da tarde.

Data da notícia: **24/03/2024**

**Título: À PF, Lessa apontou mandantes, motivações e recompensas para assassinar Marielle; leia os detalhes do plano**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-pf-lessa-apontou-mandantes-motivacoes-e-recompensas-para-assassinar-marielle-leia-os-detalhes-do-plano/>

O assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) começou a ser arquitetado pelos irmãos Brazão no segundo semestre de 2017, diz relatório da Polícia Federal enviado ao Supremo Tribunal Federal.

Os detalhes da trama foram revelados na delação premiada do ex-policia! Ronnie Lessa, responsável pelos disparos que matou a parlamentar, em março de 2018.

A colaboração resultou na prisão do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio, Domingos Brazão, do deputado federal Chiquinho Brazão (União) e do delegado Rivaldo Barbosa, ex-diretor da Divisão de Homicídios do Rio e ex-chefe da Polícia Civil. A Operação Munder Inc. foi autorizada pelo STF neste domingo 24.

À PF, Lessa contou que foi procurado pelo sargento da PM Edmilson Macalé em 2017, responsável por apresentar o plano criminoso. Disse, na ocasião, que os irmãos Brazão ofereciam lotes de terra no bairro Tanque, na zona oeste do Rio, como recompensa a ao assassinato. O controle da milícia no empreendimento imobiliário na região também seria feito por Lessa como forma de pagamento pelo assassinato.

Depois de aceitar a proposta, Lessa foi levado para um encontro presencial com Domingos Brazão, nas imediações de um hotel na Barra da Tijuca. O encontro contou com a intermediação de Robson Calixto Fonseca, assessor pessoal do conselheiro do Tribunal de Contas. Calixto foi alvo de busca e apreensão neste domingo e de medidas cautelares, por decisão do STF.

Ali, segundo o relatório da PF, os irmãos apresentaram a “demanda” e afirmaram ter conseguido infiltrar um miliciano no PSOL, partido de Marielle, para monitorar os passos da vereadora. Laerte da Silva de Lima, o infiltrado citado, então, relatou que presenciou a parlamentar pedindo à população que não aderisse a loteamentos situados em área de milícia. O fato teria sido a gota d’água para o clã Brazão.

Os investigadores citam uma reação “descontrolada” de Chiquinho sobre a atuação de Marielle na votação de um projeto de lei que tratava sobre regularização de loteamentos e grupamentos localizados em Jacarepaguá – um dos motivos para o assassinato da vereadora.

O documento ainda acrescenta que as testemunhas ouvidas foram “enfáticas” ao apontar que a atuação de Marielle passou a prejudicar os interesses dos irmãos Brazão em relação à exploração de áreas de milícias.

No encontro, Lessa ainda ouviu uma exigência: que a morte de Marielle não acontecesse ao sair ou ao chegar para o trabalho na Câmara de Vereadores. Segundo o ex-PM relatou aos investigadores, esse era um desejo expresso de Rivaldo Barbosa, então responsável pela Divisão de Homicídios do Rio, e apontado pela PF como planejador meticuloso do plano. Ele foi preso apontado como autor do delito.

“[O fato] inicialmente o tranquilizou ante a notória pactuação da garantia de impunidade da ação que lhe foi encomendada”, disse Lessa aos agentes. “Tal fato destacaria a conotação política do homicídio, levando pressão às forças policiais para uma resposta eficiente”, explica também o relatório da PF.

A partir disso, Lessa e Macalé começaram a providenciar os equipamentos que reputavam “imprescindíveis à execução”: a arma, o veículo, o aparelho celular ponta-a-ponta e as informações pessoais de Marielle.

A vereadora acabou assassinada a tiros na noite de 14 de março de 2018, no bairro do Estácio, centro da capital fluminense.

Lessa está preso há cinco anos por envolvimento no crime. Atualmente, o ex-PM encontra-se detido na penitenciária federal de Campo Grande (MS) e responde a dez ações penais — entre elas, é réu por dois duplos homicídios e tráfico de armas.

Data da notícia: **25/03/2024**

**Título: PF investigará esconderijo de Bolsonaro em embaixada da Hungria**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/pf-investigara-esconderijo-de-bolsonaro-em-embaixada-da-hungria/>

A Polícia Federal decidiu investigar a conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao se esconder na embaixada da Hungria em Brasília em fevereiro, dias após a corporação deflagrar operação sobre uma trama golpista para impedir a posse de Lula (PT) em 2022.

Em 8 de fevereiro, na Operação Tempus Veritatis, a PF apreendeu o passaporte de Bolsonaro, uma medida cautelar determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Quatro dias depois, o ex-capitão foi à representação húngara, onde passou duas noites.

A estadia veio à tona nesta segunda-feira 25, em reportagem do jornal The New York Times. Em nota, a defesa de Bolsonaro afirmou que a hospedagem ocorreu “para manter contatos com autoridades do país amigo”.

Embora a PF tenha decidido apurar as circunstâncias do episódio, não abrirá um novo inquérito. Neste momento, o objetivo da corporação é entender se há conexão com investigações em andamento – por exemplo, aquela a mirar a conspiração após a eleição de 2022.

A operação deflagrada em fevereiro fechou o cerco sobre Bolsonaro, militares de alta patente e ex-ministros. Os fatos analisados configuram, em tese, os crimes de organização criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Data da notícia: **27/03/2024**

**Título: Golpe de 1964: Silêncio de Lula é criticado por aliados, frustra planos de Sílvio Almeida e gera “climão” no governo**

Fonte pesquisada:

Link da notícia:  
<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-venceslau/politica/golpe-de-1964-silencio-de-lula-e-criticado-por-aliados-frustra-planos-de-silvio-almeida-e-gera-climao-no-governo/>

Na mais recente reunião ministerial promovida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, encontrou o titular de Direitos Humanos, Sílvio Almeida, e perguntou ao colega se estava tudo bem.

“Está tudo bem para alguns”, respondeu Almeida, segundo relatos ouvidos pela CNN com participantes do encontro.

Nos bastidores do governo federal, Múcio e Almeida travaram uma disputa silenciosa sobre o tratamento que deveria ser dado à efeméride de 60 anos do golpe militar de 1964, segundo apurou a CNN.

O presidente decidiu não melindrar os militares e orientou que fossem evitados eventos oficiais em memória aos 60 anos do golpe militar, o que levou o Ministério de Direitos Humanos a cancelar uma cerimônia marcada para o dia 1º de abril.

A informação foi divulgada pela “Folha de S.Paulo” e confirmada pela CNN.

Procurado, o ministério de Direitos Humanos não quis se manifestar. A assessoria da Defesa ainda não respondeu. O espaço está aberto.

“Vejo com preocupação o silêncio de Lula. A sociedade civil espera e vai cobrar do atual governo o cumprimento de políticas públicas de reparação e memória dos atos de violência contra a democracia na ditadura militar”, disse à CNN o historiador Rogério Sottili, diretor do Instituto Vladimir Herzog e ex-secretário de Direitos Humanos do governo federal na gestão Dilma Rousseff (PT).

O ativista também cobra de Lula a promessa da recriação da Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos, que foi desativada por Jair Bolsonaro (PL) no fim do mandato.

Data da notícia: **28/03/2024**

### **Título: Desemprego sobe para 7,8% e atinge 8,5 milhões de trabalhadores**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/28/desemprego-sobe-para-7-8-e-atinge-8-5-milhoes-de-trabalhadores>

A taxa de desemprego no país subiu para 7,8% no trimestre encerrado em fevereiro na comparação com o trimestre encerrado em novembro. Hoje, cerca de 8,5 milhões de trabalhadores estão em busca de trabalho no país – 332 mil a mais.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e foram divulgados nesta quinta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, a alta recente pode ter a ver com a época do ano. “Pessoas que, eventualmente, tinham interrompido a sua busca por trabalho em dezembro e voltaram a procurar uma ocupação nos meses iniciais do ano seguinte”, disse ela, sobre os resultados apresentados.

Ainda de acordo com o IBGE, apesar da alta recente, o desemprego no país ainda é mais baixo do que há um ano. No mesmo período do ano passado, a taxa era de 8,6%.

Já o número de pessoas trabalhando no país se manteve estável na comparação do trimestre encerrado em novembro para o trimestre encerrado em fevereiro. São 100,2 milhões. Isso é 2,2% a mais do que o registrado no ano passado: 99,1 milhões de trabalhadores.

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado chegou a 37,995 milhões, novo recorde da série da PNAD Contínua. No ano, ele cresceu 3,2%.

A taxa de subutilização (percentual da população que gostaria de trabalhar mais do que já trabalha) chegou a 17,8% ao final de fevereiro, 0,5 ponto a mais do que em novembro. Ainda assim, ela é 1 ponto menor do que a de fevereiro de 2023.

A população subutilizada é de 20,6 milhões. Ela cresceu 3,4% no trimestre e recuou 4,5% em um ano.

O número de pessoas desalentadas (que desistiram de buscar trabalho) chegou a 3,7 milhões de pessoas, com alta de 8,7% no trimestre. Foi a primeira alta desde abril de 2021, durante a pandemia, quando o número de pessoas desalentadas chegou a 5,9 milhões.

O rendimento médio das pessoas ocupadas chegou a R\$ 3.110, com alta de 1,1% no trimestre e de 4,3% na comparação anual.

Data da notícia: **29/03/2024**

**Título: Datafolha: 63% dos brasileiros são contra anistia aos golpistas do 8 de janeiro**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/29/datafolha-63-dos-brasileiros-sao-contra-anistia-aos-golpistas-do-8-de-janeiro>

Uma pesquisa do Instituto Datafolha mostrou que a maioria dos brasileiros são contra a anistia para os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Para 63% das pessoas ouvidas, os participantes e financiadores do quebra-quebra promovido por bolsonaristas devem ser responsabilizados e punidos.

Enquanto isso, 31% disseram ser a favor da anistia. Outros 2% se disseram indiferentes ao assunto, enquanto 4% afirmaram não saber. O Datafolha entrevistou 2.002 pessoas de 16 anos ou mais, de maneira presencial, entre os dias 19 e 20 de março, por todo o país.

O pedido de anistia foi feito pelo próprio ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em manifestação na Avenida Paulista, região central de São Paulo, no último dia 25 de fevereiro. O clamor foi

direcionado ao Congresso, em favor dos "pobres coitados que estão presos em Brasília", segundo palavras do inelegível.

Entretanto, o pedido do líder da extrema-direita não parece ter sido ouvido nem mesmo por seus apoiadores. Segundo o Datafolha, 53% dos eleitores declarados de Bolsonaro são contra a anistia, enquanto outros 40% são a favor.

Já os eleitores de Lula se colocam majoritariamente contra a proposta de aliviar a barra dos envolvidos nos ataques à Praça dos Três Poderes: 71% dizem ser contrários à anistia, enquanto outros 25% concordam com a ideia.

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou as condenações de mais 14 réus por participação (direta ou indireta) nos ataques golpistas de 8 de janeiro, com penas que vão de 13 a 17 anos de prisão. Até aqui, são 159 condenados.

Data da notícia: **30/03/2024**

**Título: Para 63% dos brasileiros, data do golpe militar de 1964 deve ser desprezada, diz Datafolha**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/30/para-63-dos-brasileiros-data-do-golpe-militar-de-1964-deve-ser-desprezada-diz-datafolha>

Às vésperas do aniversário de 60 anos do golpe que deu início à ditadura civil-militar no país, mais da metade dos brasileiros não querem que o 1º de abril de 1964 seja celebrado. Segundo o Datafolha, 63% dos entrevistados entre 19 e 20 de março veem motivo para desprezar a data, ante 28% que desejam a celebração. Outros 9% não souberam responder.

Na última pesquisa do tipo, em abril de 2019, o Datafolha registrou 36% dos entrevistados a favor da celebração, antes 57% que defendiam o desprezo. 7% não opinaram na época.

Desta vez, em termos de adesão política, os entrevistados que se declararam petistas rejeitaram mais a celebração da data do que os bolsonaristas. Ao todo, 68% dos petistas

votaram pelo desprezo à celebração ao golpe de 31 de março, ante 58% dos apoiadores de Bolsonaro. Por outro lado, 26% dos petistas querem que a data seja celebrada, contra 33% dos bolsonaristas. Para as pessoas que se declararam neutras, 60% defendem o desprezo à data e 26%, a celebração.

Apesar da homogeneidade nos estratos socioeconômicos levantados pelo Datafolha, uma exceção se destaca. Dentre os 2% mais ricos entrevistados, que ganham 10 ou mais salários mínimos por mês, 80% desprezam a celebração aos 60 anos do golpe militar. No total, o Datafolha entrevistou 2002 pessoas, com 16 anos ou mais, em 147 cidades brasileiras.

Data da notícia: **31/03/2024**

**Título: MPF afirma que 'esquecimento deliberado' dos 60 anos do golpe pode trazer atos como 8 de janeiro**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/31/mpf-afirma-que-esquecimento-deliberado-dos-60-anos-do-golpe-pode-trazer-atos-como-8-de-janeiro>

Em nota divulgada neste domingo, (31), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, braço do Ministério Público Federal focado na garantia dos Direitos Humanos, afirmou ser “dever jurídico e moral do Estado” preservar a memória dos 60 anos do golpe empresarial-militar no Brasil e conclama a todos que “regime democrático seja permanentemente valorizado, fortalecido e aprofundado, para que, diante de quaisquer intentos de aventuras autoritárias, possamos sempre repetir: nunca mais”.

O órgão também afirma que é “indispensável” a apuração e responsabilização dos crimes contra a humanidade praticados no período ditatorial do Brasil, sob o risco de se repetir iniciativas golpistas como os ataques de 8 de janeiro de 2023.

“É indispensável a apuração de responsabilidades pelos crimes de lesa-humanidade cometidos entre 1964 e 1985. Sem responsabilização, perde-se o inestimável efeito didático sobre as gerações futuras. A impunidade é estímulo para o arbítrio; a responsabilização,

seu freio”, diz o texto, que vincula ainda a falta de punição e apuração dos crimes cometidos no regime ditatorial aos ataques golpistas de 8 de janeiro

“As tentativas, após as eleições gerais, de ações antidemocráticas em Brasília, em dezembro de 2022, seguidas da invasão das sedes dos Poderes da República, em 8 de janeiro de 2023, comprovam que o esquecimento deliberado, os segredos e a ocultação da história se mostram incompatíveis com a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, o acesso à justiça e o direito à informação, incentivando a impunidade”, segue o texto.

### **Provas de crimes e ‘real conciliação’**

Assinado pelo procurador-federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhena e por outros oito integrantes do MPF que participam do Grupo de Trabalho da instituição “Memória e Verdade”, o texto foi divulgado neste domingo em meio à determinação do presidente Lula de não se promover atos oficiais do governo para comemorar os 60 anos do golpe. A medida conciliatória foi determinada pelo presidente em meio ao avanço das investigações da Polícia Federal sobre o envolvimento de militares na tentativa de golpe para manter Jair Bolsonaro no poder em 2022.

“É dever jurídico e moral do Estado preservar o registro do que houve naquele tempo. Verdade e memória integrais representam elementos imprescindíveis na construção de uma sociedade plural”, diz a nota que aponta ainda que a verdadeira conciliação demanda “memória”.

“Nossa democracia não será plenamente estável sem o conhecimento, a análise e a discussão acerca das ações e omissões dos envolvidos no regime de exceção, bem como das consequências delas decorrentes. A real conciliação demanda, no lugar do esquecimento, a memória”.

No documento, os procuradores ainda afirmam que estão amplamente documentados a perseguição e os crimes cometidos pelas autoridades da ditadura contra estudantes, professores, trabalhadores, empresários, políticos, membros de comunidades tradicionais e das Forças Armadas, servidores públicos, membros do clero, homens, mulheres e crianças de todas as regiões do país.

Chamados de crime de lesa-humanidade por sua natureza atroz, alguns crimes como a tortura e o desaparecimento de presos políticos provocado por autoridades não prescrevem e, por isso, o Ministério Público Federal, vem apresentando denúncias e ações de reparação contra militares envolvidos nestes episódios. Dentre os crimes, os procuradores

listam "homicídios, torturas, estupros, sequestros, ocultações de cadáver e abusos de autoridade". A nota, porém, não menciona especificamente o nome de nenhuma autoridade que foi acusada de participar destes crimes.

“Nossa democracia não será plenamente estável sem o conhecimento, a análise e a discussão acerca das ações e omissões dos envolvidos no regime de exceção, bem como das consequências delas decorrentes. A real conciliação demanda, no lugar do esquecimento, a memória”, diz o texto.

Por fim, o texto ainda lembra que a falta de respostas efetivas do Estado brasileiro aos crimes cometidos no período militar prejudicam a imagem do país internacionalmente e que a Corte Interamericana de Direitos Humanos já reconheceu a omissão do Brasil sobre o período ditatorial em duas sentenças, e deve julgar em breve um terceiro caso.

“Uma postura amnésica e inerte do Estado, que não tenha um olhar firme sobre o passado, prejudica a imagem do Brasil perante a comunidade internacional, contraria a tradição nacional de respeito aos direitos humanos nas relações internacionais e sujeita o país a sanções perante Cortes Internacionais”, segue o texto.